



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2025

DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA
DIREN-ANP/PF



MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - DIREN-ANP/PF
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Relatório de Autoavaliação Institucional

Eixos 1 a 5 - Ano Base 2025

Brasília
2025

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

RICARDO LEWANDOWSKI
Ministro da Justiça e Segurança Pública

ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES
Diretor-Geral da Polícia Federal

CHRISTIANE CORREA MACHADO
Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia

GUSTAVO ALEXANDRE ALENCAR BARROS
Coordenador-Geral de Ensino e Desenvolvimento

NELSON LEVY KNEIP DE FREITAS MACEDO
Coordenador da Escola Superior de Polícia

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Representantes Docentes:

Aline Costa Almeida Araujo (Titular)
Carlos Felipe Machado Marques (Titular)
Gabriel de Oliveira Urtiaga (Substituto)
Ilanna Portugal Fernandes da Cunha (Substituta)

Representantes Técnico-Administrativos:

Josias Rodrigues Alves (Titular e Presidente)
José Maria Silva Couto (Titular)
André de Almeida Oliveira (Substituto)
Francisco Eduardo Goncalves Martins (Substituto)

Representantes Discentes:

Flavio Egídio Barbosa das Neves (Titular)
Patrícia Freire Neto Vaz (Substituta)

Representante da sociedade civil organizada:

Antônio Emídio Ferreira Neto (OAB-DF e morador da região da ANP)

Assessoria Administrativa:

Alberto Magno Ambrogi Simão (Titular e Vice-Presidente)
Luiza Helena Lino Guimarães Ladeira Rocha (Substituta)

Diagramação e Capa

Núcleo de Artes Gráfica (NUGRAF/CLOG/DIREN-ANP/PF)

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia

Código do MEC: 17613

Situação de Funcionamento: Ativa

Sistema de Ensino: Escola de Governo

Categoria Administrativa: Instituição Pública Federal

Dirigente Principal: **Christiane Correa Machado**

Procurador Educacional Institucional: **André de Almeida Oliveira**

Endereço:

Rodovia DF 001, Estrada Parque do Contorno, Km 2

Setor Habitacional Taquari - Lago Norte

71559-900 - Brasília - DF

Telefone: (61) 2024-8100

E-mail: diren.anp@pf.gov.br

Portal: <http://www.gov.br/pf>

Dados de Criação:

Documento: **Lei nº 4.483/64**, de 16/11/1964

Data de Publicação: 19/11/1964

Ato de Credenciamento:

Documento: **Portaria MEC nº 273**, de 23/02/2017

Data de Publicação: 24/02/2017

Validade: **8 anos**

Situação Legal: **Recredenciamento em andamento**

Número do processo: **202418428**

DADOS DA CPA

Presidente: **Josias Rodrigues Alves**

Ato de instituição: **Portaria DIREN-ANP/PF nº 18.674/2024**, de 23/09/2024

Publicação: Boletim de Serviço nº 186, de 25/09/2024 (p. 30)

Portal: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/academia-nacional-de-policia-anp/cpa>

E-mail: cpa.anp@pf.gov.br

Sumário

1. Introdução.....	1
1.1. Dados da Instituição.....	1
1.1.1. Caracterização.....	1
1.1.2. Competências institucionais da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia.....	3
1.1.3. Missão.....	4
1.1.4. Visão de futuro.....	4
1.1.5. Valores Institucionais.....	4
1.1.6. Objetivos Gerais da DIREN-ANP.....	4
1.1.7. Áreas de atuação acadêmica desenvolvidas pela DIREN-ANP.....	5
1.1.8. Ações Educacionais de Ensino.....	5
1.1.8.1. Ações educacionais de formação profissional policial.....	5
1.1.8.2. Ações educacionais de capacitação continuada.....	5
1.1.8.3. Ações educacionais de pós-graduação <i>lato sensu</i>	5
1.1.8.4. Ações educacionais de pesquisa aplicada.....	6
1.1.8.5. Ações de divulgação da produção científica.....	6
1.1.8.6. Ações educacionais de extensão.....	6
1.2. Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	7
2. Metodologia.....	9
2.1. Instrumentos de Coleta de Dados.....	10
2.2. Segmentos Participantes.....	10
2.3. Tratamento e Análise dos Dados.....	10
2.4. Sistematização e Elaboração do Relatório.....	11
3. Perfil dos Participantes da Amostra.....	12
3.1. Segmentos Participantes.....	12
3.2. Caracterização Geral da Amostra.....	13
3.3. Considerações Metodológicas sobre a Amostra.....	13
4. Construção dos Indicadores.....	14
5. Dimensões do Instrumento de Avaliação.....	15
5.1. Eixo 1 - Planejamento e Desenvolvimento Institucional.....	15
5.2. Eixo 2 - Gestão Institucional.....	26
5.3. Eixo 3 - Corpo Social.....	31
5.4. Eixo 4 - Desenvolvimento Profissional.....	40
5.5. Eixo 5 - Infraestrutura.....	47
6. Resultados Parciais por Eixo Avaliativo.....	61
6.1. Síntese Avaliativa - Eixo 1: Planejamento e Desenvolvimento Institucional (conceito médio: 4,5).....	61
6.2. Síntese Avaliativa - Eixo 2: Gestão Institucional (Conceito médio: 4,8).....	62
6.3. Síntese Avaliativa - Eixo 3: Corpo Social (Conceito médio: 4,88).....	63
6.4. Síntese Avaliativa - Eixo 4: Desenvolvimento Profissional (Conceito médio: 4,57).....	64
6.5. Síntese Avaliativa - Eixo 5: Infraestrutura (Conceito médio: 4,21).....	65
7. Resultado Consolidado da Avaliação Institucional.....	66
8. Recomendações de Melhoria.....	68
8.1. Eixo 1 - Planejamento e Desenvolvimento Institucional.....	68
8.2. Eixo 2 - Gestão Institucional.....	69
8.3. Eixo 3 - Corpo Social.....	69
8.4. Eixo 4 - Desenvolvimento Profissional.....	69
8.5. Eixo 5 - Infraestrutura.....	70
Referências.....	71

1. Introdução

A Autoavaliação Institucional constitui instrumento fundamental de planejamento, gestão e aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica e administrativa da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia (DIREN-ANP/PF), Escola de Governo da Polícia Federal. Em consonância com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e observadas as especificidades das Escolas de Governo, a autoavaliação tem por finalidade produzir conhecimento sistemático sobre a realidade institucional, subsidiando a tomada de decisões e o aprimoramento permanente dos processos educacionais e de gestão.

O presente Relatório de Autoavaliação Institucional consolida os resultados do processo avaliativo conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA/DIREN-ANP/PF), com base no Projeto de Autoavaliação Institucional (Biênio 2024-2026), articulado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da DIREN-ANP/PF para o período de 2025 a 2032. O processo foi estruturado de modo a assegurar a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e administrativa, bem como da sociedade civil organizada, garantindo pluralidade de perspectivas, transparência e aderência aos princípios da avaliação institucional.

A autoavaliação desenvolvida pela CPA contempla os eixos e dimensões previstos no instrumento de avaliação aplicado às Escolas de Governo, abrangendo aspectos relacionados ao planejamento e desenvolvimento institucional, à gestão, ao corpo social, ao desenvolvimento profissional, à infraestrutura física e ao ensino a distância. Os resultados apresentados neste relatório constituem subsídios essenciais para o fortalecimento da cultura avaliativa, para o acompanhamento das políticas institucionais e para o replanejamento das ações acadêmicas e administrativas da DIREN-ANP/PF.

1.1. Dados da Instituição

- a) Nome: Academia Nacional de Polícia
- b) Código da IES: 17613

1.1.1. Caracterização

A Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia (DIREN-ANP/PF) é a Escola de Governo da Polícia Federal, sediada no Distrito Federal. Localizada no Km 2 da Rodovia DF-001 (Estrada Parque Contorno), Setor Habitacional Taquari - Lago Norte, Brasília/DF - CEP 71.559-900, dispõe de *campus* com aproximadamente 800.000 m² de área

territorial e mais de 50.000 m² de área construída, reunindo infraestrutura acadêmica, administrativa e operacional destinada às atividades de ensino, pesquisa, extensão e apoio institucional.



Figura 1 - Imagem da entrada da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia

A DIREN-ANP/PF atua com autonomia didático-pedagógica-científica, exercendo competência como Unidade Gestora para a execução orçamentária e financeira das ações educacionais sob sua responsabilidade. A Direção da unidade é exercida por Christiane Correa Machado, Delegada de Polícia Federal.

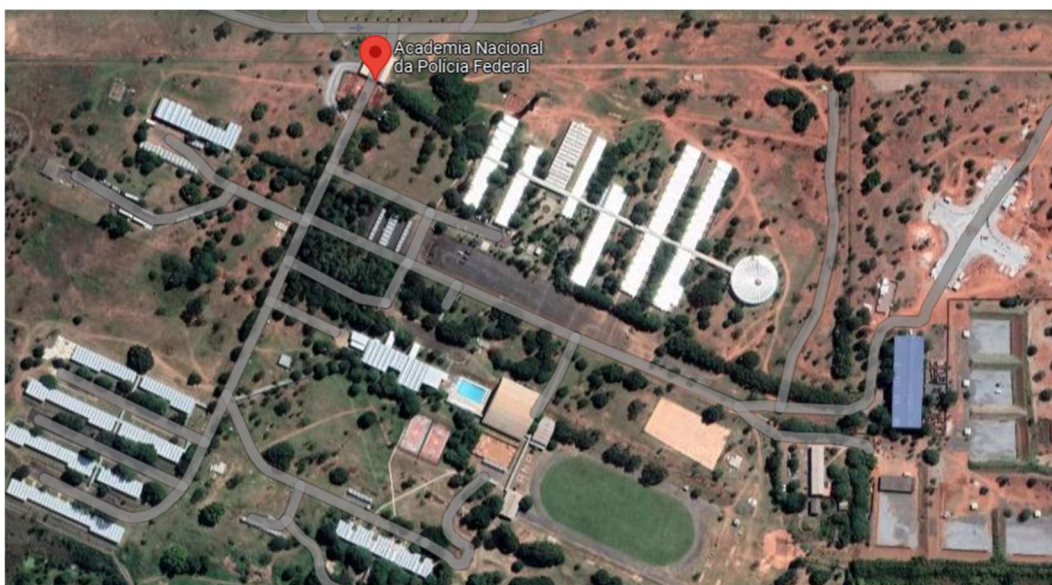


Figura 2 - Vista aérea do *campus* da DIREN-ANP

1.1.2. Competências institucionais da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia

Com a publicação do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, posteriormente alterado pelo Decreto nº 11.759, de 30 de outubro de 2023, esta Escola de Governo passou a ter *status* de diretoria, sendo denominada Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia (DIREN-ANP/PF).

As competências institucionais da DIREN-ANP/PF estão definidas, principalmente, no art. 53 do Decreto nº 11.348/2023, abrangendo, entre outras atribuições, a formação e capacitação de servidores da Polícia Federal; a execução de ações educacionais destinadas à sociedade civil; a elaboração de trilhas de aprendizagem; a gestão do conhecimento acadêmico; a promoção da integração com polícias e órgãos congêneres nacionais e estrangeiros; e a pesquisa, produção e difusão do conhecimento nas áreas de segurança pública e ciências policiais.

Nos termos do art. 282 da Instrução Normativa DG/PF nº 270/2023, à Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia compete:

- I - dirigir, planejar, coordenar, orientar, controlar, avaliar e executar as atividades de:
 - a) formação e capacitação de servidores, com exclusividade, por intermédio da Academia Nacional de Polícia;
 - b) ações educacionais destinadas à sociedade civil;
 - c) elaboração das trilhas de aprendizagem; e
 - d) gestão do conhecimento acadêmico;
- II - elaborar a programação orçamentária e financeira, nas áreas de educação, ensino, pesquisa, formação, treinamento e capacitação;
- III - recrutar, mobilizar e selecionar servidores para cursos de pós-graduação, treinamento, especialização, aperfeiçoamento, ações de desenvolvimento, estágios e outras atividades de ensino, no país e no exterior;
- IV - realizar a investigação social dos candidatos de concursos públicos e de processos seletivos;
- V - outorgar diplomas, certificados ou declarações relativas às ações de educação, ensino, pesquisa, formação, treinamento e capacitação, com exclusividade;
- VI - conceder bolsas de estudo e prêmios no interesse de atividades desenvolvidas na área de atribuição da Diretoria de Ensino;
- VII - elaborar estudos de viabilidade, proposição, celebração e execução de contratos, convênios e instrumentos afins com órgãos e entidades de educação, ensino, pesquisa, formação, treinamento e capacitação, públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- VIII - promover a integração com polícias civis e outros órgãos de segurança pública, nacionais ou estrangeiros;
- IX - elaborar pesquisas, produzir e difundir conhecimento sobre segurança pública, violência, prevenção e repressão da criminalidade, promoção dos direitos humanos, cultura de paz, combate ao preconceito, modernização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública e demais diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI;
- X - manter o controle estatístico das ações de sua atribuição bem como consolidar indicadores para subsidiar as decisões do diretor-geral;
- XI - fiscalizar a conformidade dos processos e procedimentos relativos a sua área de atuação às normas externas e internas;
- XII - implementar a gestão estratégica da Polícia Federal relativamente a sua área de atuação; e

XIII - submeter os indicadores referentes ao controle estatístico da sua área de atuação à aprovação do diretor-geral, com vista a subsidiar a gestão estratégica, o relatório anual de atividades e a tomada de contas anual da Polícia Federal.

1.1.3. Missão

Promover formação e capacitação em Segurança Pública para defesa da Sociedade, da Constituição Federal e do Estado Democrático de Direito (PDI DIREN-ANP 2025-2032, p. 13).

1.1.4. Visão de futuro

Ser uma academia de polícia moderna e inovadora, reconhecida pela excelência na formação e capacitação em Segurança Pública (PDI DIREN-ANP 2025-2032, p. 13).

1.1.5. Valores Institucionais

- Integridade
- Inovação
- Imparcialidade
- Eficiência
- Ética.

1.1.6. Objetivos Gerais da DIREN-ANP

A Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia tem como objetivos gerais a formação inicial e continuada dos servidores da Polícia Federal; o desenvolvimento de ações educacionais de pós-graduação; o fomento à pesquisa aplicada e à produção científica; a ampliação das ações de extensão e cooperação educacional; bem como o alinhamento de suas atividades às diretrizes estratégicas da Polícia Federal, assegurando qualidade acadêmica, impacto institucional e responsabilidade social.

No tocante às metas, por se tratar de uma Escola de Governo que tem por finalidade atender as demandas de formação e aperfeiçoamento definidas pelas estratégias organizacionais atinentes à gestão de pessoas, a DIREN-ANP publica, anualmente, o Plano de Desenvolvimento de Pessoal (PDP).

Nesse plano, são previstas as ações de capacitação que serão executadas pela DIREN-ANP no ano subsequente, podendo, todavia, em virtude da necessidade do órgão, ser inseridas novas atividades de capacitação.

Esclarece-se que, no que diz respeito à formação profissional, vocação principal da DIREN-ANP, o quantitativo de alunos depende do número de vagas disponibilizadas nos

concursos públicos para ingresso na Polícia Federal.

1.1.7. Áreas de atuação acadêmica desenvolvidas pela DIREN-ANP

A atuação acadêmica da ANP organiza-se de forma integrada nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, abrangendo campos como investigação criminal, polícia judiciária, inteligência policial, criminalística, identificação humana, gestão policial e desenvolvimento humano, com oferta de ações educacionais nas modalidades presencial, híbrida e a distância.

1.1.8. Ações Educacionais de Ensino

1.1.8.1. Ações educacionais de formação profissional policial

Correspondem aos Cursos de Formação Profissional (CFP), destinados ao ingresso nos cargos da carreira policial federal, compreendendo formação teórica e prática voltada ao exercício das atribuições profissionais.

1.1.8.2. Ações educacionais de capacitação continuada

Englobam cursos, treinamentos e eventos de curta e média duração, presenciais e a distância, organizados em trilhas de aprendizagem e previstos anualmente no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP).

1.1.8.3. Ações educacionais de pós-graduação *lato sensu*

Incluem cursos de especialização credenciados pelo Ministério da Educação, orientados ao aperfeiçoamento profissional e ao desenvolvimento do campo das ciências policiais.

Destinadas a servidores da Polícia Federal e agentes públicos de órgãos ou entidades conveniadas, nacionais e estrangeiras, o Programa de Pós-graduação da DIREN-ANP iniciou seu funcionamento em 2008, após a publicação do credenciamento especial concedido pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria MEC nº 523, de 29 de abril de 2008.

Desde o seu credenciamento, a DIREN-ANP ofertou uma série de cursos na modalidade a distância que possibilitaram não apenas a qualificação profissional de seus servidores e docentes, mas também a produção de conhecimentos relevantes que permitem a reflexão e aplicação na atividade policial.

A Coordenação da Escola Superior de Polícia (CESP/DIREN-ANP/PF) é a responsável pelo planejamento e execução dos cursos de aperfeiçoamento e especialização da DIREN-ANP.

1.1.8.4. Ações educacionais de pesquisa aplicada

São ações destinadas à produção do conhecimento que objetivam a melhoria dos processos internos da instituição, o aprimoramento da prestação do serviço público de segurança e da melhor compreensão do funcionamento do sistema de justiça criminal.

A DIREN-ANP tem incentivado servidores e colaboradores, no bojo de seu programa de pós-graduação e em projetos/grupos de pesquisa instados a desenvolverem pesquisas em diversas subáreas do conhecimento das ciências policiais, com ênfase na metodologia de investigação criminal, inovação em técnicas operacionais, perícia criminal, polícia, segurança pública e sistema de justiça criminal, dentre outras - consideradas relevantes para melhor compreensão e operacionalização das atividades da PF e de instituições congêneres.

A coordenação das ações de pesquisa está, atualmente, a cargo da CESP/DIREN-ANP.

1.1.8.5. Ações de divulgação da produção científica

Para divulgar a pesquisa interna e externa em temas da área da segurança pública e das ciências policiais, a DIREN-ANP mantém a Revista Brasileira de Ciências Policiais (RBCP), periódico com finalidade acadêmica, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Policiais da CESP/DIREN-ANP, disponível desde 2010, com periodicidade semestral e, a partir de 2020, trimestral, nos meses de janeiro, maio e setembro, com formato híbrido (eletrônico e impresso).

Trata-se de publicação que tem por objetivo divulgar trabalhos científicos (artigos, resenhas e entrevistas) elaborados por pesquisadores nacionais e estrangeiros, quando considerados relevantes para o avanço teórico-prático das Ciências Policiais, promovendo a produção do conhecimento, a interdisciplinaridade dialética e a troca de experiências de doutrina policial em nível acadêmico.

A RBCP possui Conselho Editorial composto por pesquisadores nacionais e estrangeiros. São aceitos para publicação artigos em idiomas português, inglês, espanhol, francês e italiano. O processamento de artigos bem como sua disponibilização aos autores e demais leitores é totalmente gratuita.

1.1.8.6. Ações educacionais de extensão

No âmbito da DIREN-ANP, a extensão acadêmica funciona como um conjunto de atividades ou práticas que interligam a organização e a comunidade por meio de atividades de

ensino e de pesquisa, proporcionando o compartilhamento e/ou a disseminação do conhecimento e de práticas que facilitam a relação entre o cidadão, outros órgãos públicos e a instituição policial. Nesse sentido, a DIREN-ANP desenvolve diversas ações voltadas para o público externo aos quadros da Polícia Federal, tanto para cidadãos usuários dos serviços da instituição como para órgãos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais que cooperam com a PF, como cursos, projetos e seminários.

Uma das principais iniciativas de extensão acadêmica que interliga a DIREN-ANP à comunidade é o portal ANP.cidadã, espaço virtual em que são oferecidos, gratuitamente, cursos na modalidade a distância, diversos cursos.

A DIREN-ANP dispõe, na forma de um Serviço de Cooperação Educacional (SECOOP/DIREN-ANP), de estrutura organizacional destinada exclusivamente ao desenvolvimento de ações em parceria a serem disponibilizadas para instituições públicas nacionais (Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Estaduais e Guardas Municipais, dentre outras) e internacionais, tendo capacitado ao longo dos últimos anos mais de 2.000 policiais estrangeiros.

A DIREN-ANP ainda cede seu espaço e presta apoio para realização de treinamentos e capacitações de outras instituições públicas em suas instalações, como a Força Nacional de Segurança Pública, Polícia Rodoviária Federal e o Departamento Penitenciário Nacional.

Outra forma de extensão acadêmica é realização de seminários e congressos científicos, que possibilitam uma integração entre a comunidade acadêmica policial e a comunidade acadêmica universitária.

1.2. Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Durante o biênio 2025-2026 a Comissão Própria de Avaliação da ANP (CPA) será composta por (Portaria DIREN-ANP/PF nº 18.674/2024, de 23/09/2024, publicada no Boletim de Serviço nº 186, de 25/09/2024 - p. 30):

Representantes do Corpo Docente

- Aline Costa Almeida Araujo - Titular
- Carlos Felipe Machado Marques - Titular
- Gabriel de Oliveira Urtiaga - Substituto
- Ilanna Portugal Fernandes da Cunha - Substituta

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo

- **Josias Rodrigues Alves** - Titular e **Presidente** da CPA
- José Maria Silva Couto - Titular
- André de Almeida Oliveira - Substituto
- Francisco Eduardo Gonçalves Martins - Substituto

Representantes do Corpo Docente

- Flavio Egídio Barbosa das Neves - Titular
- Patrícia Freire Neto Vaz - Substituta

Representante da Sociedade Civil Organizada

- Antônio Emídio Ferreira Neto - Representante da OAB e morador da região da ANP

Secretaria Administrativa da CPA

- **Alberto Magno Ambrogi Simão** - Titular e **Vice-Presidente** da CPA
- Luiza Helena Lino Guimarães Ladeira Rocha - Substituta

A forma de acesso e escolha dos membros da CPA tem se dado, esquematicamente, conforme segue:

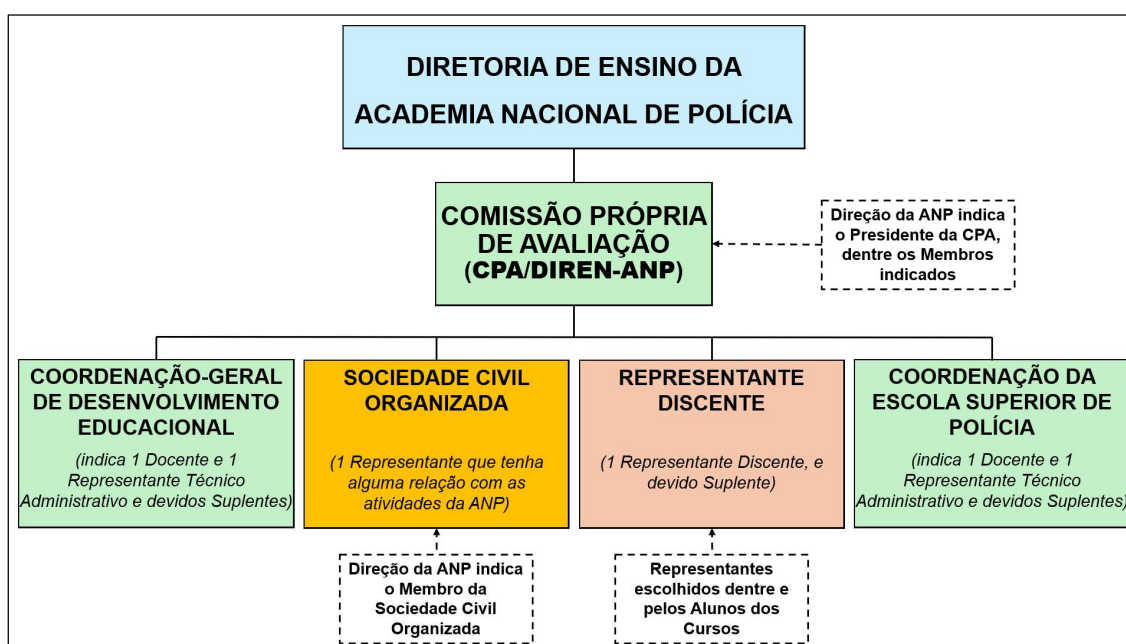


Figura 3 - Organograma de composição da CPA

2. Metodologia

O processo de autoavaliação conduzido pela CPA encontra consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), envolvendo integralmente a comunidade acadêmica, aproveitando os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir dos documentos oficiais da instituição.

Esse processo é consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem como finalidade fomentar a cultura de avaliação institucional, promover a melhoria contínua da instituição e subsidiar os processos de avaliação externa.

Foi adotada a metodologia qualitativa como forma de levantar os problemas em busca de soluções e da melhoria na qualidade dos serviços educacionais prestados. O intuito não é o de medir e pontuar para apresentar os resultados imediatos, mas sim o de visualizar as possibilidades de melhoria da educação.

Neste sentido, os indicadores produzidos a partir do processo de autoavaliação proporcionarão instrumentos de análise para buscar ações de mediação. A avaliação deverá ser aplicada anualmente para que as deficiências possam ser levantadas e projetadas como metas a serem alcançadas de um ano para outro.

Assim, a autoavaliação institucional segue um cronograma anual, com ações voltadas a avaliar os eixos e dimensões preconizados no instrumento de avaliação institucional externa utilizado pelo INEP.

Esquemáticamente, o ciclo do processo de avaliação da CPA funciona conforme segue na Figura 4:



Figura 4 - Ciclo de processo de avaliação da CPA da DIREN-ANP

A CPA conta com estruturas no ambiente virtual de trabalho da Polícia Federal (Teams), bem como junto ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI-PF), locais em que seus Membros podem ter acesso à maioria das ações da CPA, bem como participar ativamente das discussões. Lá estão descritas as principais ações da CPA, no seu retorno aos trabalhos mais efetivos, bem como a apresentação de todos os seus documentos.

2.1. Instrumentos de Coleta de Dados

Para a obtenção das informações necessárias à autoavaliação institucional, foram utilizados múltiplos instrumentos de coleta, definidos no Projeto de Autoavaliação da CPA, incluindo: (i) questionários estruturados e semiestruturados, aplicados aos diferentes segmentos da comunidade institucional; (ii) análise documental, com base em normativos internos, relatórios institucionais, Plano de Desenvolvimento Institucional, planos, atas e registros administrativos; (iii) registros produzidos no âmbito das ações educacionais e administrativas; e (iv) avaliações internas realizadas pela CPA ao longo do ciclo avaliativo.

Os instrumentos foram elaborados e revisados de forma a assegurar clareza, pertinência e alinhamento com os objetivos da avaliação, respeitando os diferentes contextos de atuação dos respondentes.

2.2. Segmentos Participantes

A metodologia assegurou a participação representativa dos diversos segmentos da comunidade institucional, em consonância com os princípios do SINAES e com o Regimento da CPA. Participaram do processo avaliativo: (i) membros do corpo técnico-administrativo da DIREN-ANP/PF; (ii) representantes do corpo docente; (iii) representantes do corpo discente; (iv) membros da Comissão Própria de Avaliação; e (v) informações provenientes da sociedade civil organizada, quando pertinentes.

Essa participação ampliada possibilitou a coleta de percepções diversas sobre o funcionamento institucional, contribuindo para a legitimidade e a consistência dos resultados apurados.

2.3. Tratamento e Análise dos Dados

Os dados coletados foram organizados, sistematizados e analisados pela CPA/DIREN-ANP/PF, observando os princípios da confidencialidade, do tratamento ético da informação e da fidedignidade dos registros. As respostas obtidas foram consolidadas por eixo e por indicador, permitindo a identificação de padrões, convergências, divergências e temas

recorrentes.

A atribuição dos conceitos aos indicadores seguiu a escala definida no Projeto de Autoavaliação Institucional, variando de INEXISTENTE ou NÃO HÁ a EXCELENTE, com a finalidade de estabelecer parâmetros de análise e subsidiar o redirecionamento das ações institucionais. Ressalta-se que o uso da escala não teve caráter meramente quantitativo, mas serviu como referência para a interpretação qualitativa dos resultados.

2.4. Sistematização e Elaboração do Relatório

A consolidação das informações resultou na elaboração do presente Relatório de Autoavaliação Institucional 2025, organizado conforme o roteiro recomendado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). O relatório apresenta, de forma articulada, os dados, as análises e as proposições decorrentes do processo avaliativo, assegurando coerência entre a identidade institucional, o PDI e os resultados da avaliação.

As conclusões e recomendações formuladas pela CPA destinam-se a subsidiar o planejamento institucional e o aprimoramento das políticas acadêmicas e de gestão da DIREN-ANP/PF, reafirmando o caráter formativo e estratégico da autoavaliação institucional.

3. Perfil dos Participantes da Amostra

A direção da CPA promoveu campanha de sensibilização com as chefias, os servidores e alunos no decorrer do ano de 2025, explicando suas atividades e a importância da coleta de dados para melhoria da Instituição. Foi feita divulgação com a distribuição de *folders* e visita em locais de trabalho, para sensibilização sobre o papel da CPA.

O processo de Autoavaliação Institucional contou com a participação de diferentes segmentos da comunidade institucional da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia (DIREN-ANP/PF), em consonância com os princípios de representatividade, pluralidade e participação preconizados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e pelo Projeto de Autoavaliação Institucional da CPA para o biênio 2024-2026.

A definição da amostra buscou contemplar os segmentos diretamente envolvidos nas atividades acadêmicas, administrativas e de gestão, assegurando diversidade de perfis, experiências e perspectivas. A participação dos respondentes ocorreu de forma voluntária, mediante aplicação de instrumentos eletrônicos de coleta de dados, respeitando-se os princípios da confidencialidade, do anonimato e do tratamento ético das informações.

3.1. Segmentos Participantes

A amostra do processo avaliativo foi composta por representantes dos seguintes segmentos:

- **Corpo Técnico-Administrativo**, compreendendo servidores ocupantes de cargos administrativos e policiais em exercício nas diversas unidades da DIREN-ANP/PF, envolvidos tanto em atividades de apoio quanto em processos finalísticos da Escola de Governo;
- **Corpo Docente**, formado por servidores da Polícia Federal e colaboradores que atuaram como docentes nas ações educacionais presenciais, híbridas ou a distância;
- **Corpo Discente**, composto por alunos participantes de ações educacionais desenvolvidas pela DIREN-ANP/PF no período avaliado, incluindo cursos de formação profissional, capacitação continuada e outras modalidades ofertadas; e
- **Membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA)**, que contribuíram com avaliações internas e análises institucionais no âmbito do processo de autoavaliação.

3.2. Caracterização Geral da Amostra

A caracterização da amostra evidenciou a participação de servidores e discentes com diferentes tempos de vínculo institucional, níveis de formação acadêmica, faixas etárias e experiências profissionais, refletindo a diversidade existente na comunidade da DIREN-ANP/PF. Essa heterogeneidade contribuiu para a obtenção de percepções abrangentes acerca das políticas institucionais, da organização administrativa, das condições de ensino e da infraestrutura física.

No segmento técnico-administrativo, observou-se a participação de servidores lotados em distintas áreas da estrutura organizacional, incluindo coordenações, divisões, serviços, núcleos e setores, o que permitiu captar percepções relacionadas tanto à gestão quanto ao suporte às atividades educacionais. No âmbito docente, a amostra reuniu profissionais com experiências diversas na atuação educacional e nas áreas finalísticas da Polícia Federal.

O corpo discente participante representou diferentes tipos de ações educacionais ofertadas pela DIREN-ANP/PF, possibilitando a avaliação das condições institucionais sob a perspectiva dos alunos, especialmente no que se refere à infraestrutura, aos recursos educacionais e ao apoio oferecido durante a realização dos cursos.

3.3. Considerações Metodológicas sobre a Amostra

Ressalta-se que os dados referentes ao perfil dos participantes da amostra têm caráter descritivo e destinam-se a contextualizar os resultados apresentados nos eixos avaliativos subsequentes. A análise do perfil não tem por finalidade estabelecer comparações entre segmentos, mas sim fornecer elementos para a adequada interpretação das informações coletadas e para a compreensão da abrangência do processo de autoavaliação institucional.

Os resultados detalhados da caracterização da amostra, quando apresentados de forma quantitativa, são utilizados estritamente como suporte à análise qualitativa empreendida pela CPA, reforçando o caráter formativo e diagnóstico da autoavaliação institucional conduzida no exercício de 2025.

4. Construção dos Indicadores

De acordo com o roteiro de autoavaliação institucional elaborado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelecido pela Lei nº 10.861/2004, foram avaliados os tópicos que dizem respeito à nossa instituição - no contexto das escolas de governo.

Assim, os itens avaliados seguem a ordem sugerida no roteiro, atribuindo para cada item um conceito que permitirá, ao finalizar cada fase do processo, um redimensionamento das ações da instituição com vistas a alcançar melhorias dos serviços prestados.

A avaliação está distribuída em cinco eixos e em cada um deles serão listados os indicadores que são avaliados individualmente. Os conceitos a serem atribuídos levarão em consideração uma escala de cinco níveis:

- a) **EXCELENTE (5)** - quando o item avaliado estiver respondendo a todas as expectativas de forma **muito boa** (excelente), sendo coerente com o que havia sido proposto no projeto original e em suas versões atualizadas, assim como, com as expectativas de alunos, corpo técnico-administrativo, corpo docente e comunidade acadêmica em geral;
- b) **MUITO BOM ou Muito bem (4)** - quando o item avaliado estiver respondendo a todas as expectativas de forma **boa**, sendo coerente com o que havia sido proposto no projeto original e em suas versões atualizadas, assim como, com as expectativas de alunos, corpo técnico-administrativo, corpo docente e comunidade acadêmica em geral;
- c) **REGULAR ou Suficiente (3)** - quando o item avaliado estiver respondendo satisfatoriamente às expectativas e for coerente (**suficiente** - cumprir uma regularidade) com o que havia sido proposto no projeto original e em suas versões atualizadas, assim como, com as expectativas de alunos, corpo técnico-administrativo, corpo docente e comunidade acadêmica em geral;
- d) **FRACO ou Insuficiente (2)** - quando o item avaliado não estiver correspondendo satisfatoriamente (insuficiente) às expectativas e necessidades da instituição, bem como de alunos, corpo técnico-administrativo, corpo docente e comunidade acadêmica em geral, e necessita de uma atenção especial para sua melhoria; e
- e) **INEXISTENTE ou Não há (1)** - quando o item avaliado não estiver sendo contemplado (**não existe/não há**) nas ações da instituição e necessita de um redimensionamento das ações para que possa ser alcançado.

5. Dimensões do Instrumento de Avaliação

Optou-se pela elaboração de um instrumento simples que possa ser realizado com rapidez e eficiência, subdividido em cinco Eixos, os quais procuram detalhar, por meio de tópicos, os elementos essenciais a elas condizentes.

Coube aos Membros da CPA, representantes de todos os níveis da comunidade, reunirem-se para discussão e avaliação de cada um dos itens. Para cada eixo e indicador existe uma observação sobre os instrumentos que auxiliarão na análise.

Em muitos casos reportou-se a documentos e relatórios e em outros, especificamente, a consultas de satisfação por meio de questionários. A seguir, são apresentados cada um dos Eixos e os itens avaliados, bem como os conceitos atribuídos e a respectiva justificativa.

5.1. Eixo 1 - Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Indicador 1.1. Coerência entre a missão institucional, as metas e os objetivos do PDI

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise consolidada dos documentos institucionais, das contribuições dos membros da CPA e dos resultados das avaliações internas e externas evidencia elevado grau de coerência entre a missão institucional da DIREN-ANP/PF, as metas estabelecidas e os objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O PDI 2025-2032, que sucedeu ao PDI 2021-2025 vigente à época da última visita *in loco* do INEP/MEC, reflete de forma clara e consistente o planejamento estratégico da Polícia Federal, estruturado a partir da metodologia de Objetivos e Resultados-Chave (OKR), adotada institucionalmente em todo o órgão. Essa vinculação assegura alinhamento vertical entre o planejamento da Escola de Governo e as diretrizes estratégicas da Polícia Federal, conferindo unidade, racionalidade e coerência ao planejamento institucional.

A missão institucional, expressa como *“Promover formação e capacitação em Segurança Pública para defesa da Sociedade, da Constituição Federal e do Estado Democrático de Direito”*, encontra-se plenamente refletida nas metas e objetivos estratégicos do PDI, bem como detalhada de forma operacional no Plano Tático-Operacional (PTO-KR). Tal coerência é observada tanto no nível estratégico quanto no tático-operacional, demonstrando maturidade institucional na tradução da missão em ações concretas.

No que se refere às atividades de ensino, o PDI contempla, de maneira integrada, a oferta de formação profissional, capacitação continuada, cursos de pós-graduação *lato sensu*, ações de extensão acadêmica e fomento à pesquisa aplicada, além de ações educacionais vinculadas à progressão funcional e ao desenvolvimento de competências ao longo da carreira policial federal e do Plano Especial de Cargos da PF. As metas e objetivos definidos dialogam diretamente com essas ofertas, assegurando coerência entre o que a instituição declara como missão e aquilo que efetivamente executa.

As avaliações externas do INEP/MEC, bem como os relatos dos membros da CPA, reforçam que essa coerência não se limita ao plano formal, mas se materializa nas práticas institucionais, com alcance que extrapola o público interno da Polícia Federal, estendendo-se a agentes públicos de órgãos congêneres e a parcerias nacionais e internacionais. Tal aspecto reforça o papel da DIREN-ANP/PF como Escola de Governo estratégica, alinhada às finalidades institucionais do Estado brasileiro.

Adicionalmente, os resultados dos processos de autoavaliação institucional indicam que a missão, as metas e os objetivos do PDI são amplamente reconhecidos como coerentes pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, ainda que existam oportunidades de aprimoramento quanto à ampliação da divulgação e da apropriação desses elementos por todos os públicos internos - aspecto que não compromete a coerência estrutural do planejamento, mas aponta caminhos para seu fortalecimento comunicacional.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que o PDI vigente expressa de forma clara, consistente e integrada a missão institucional da DIREN-ANP/PF, traduzindo-a em metas e objetivos alinhados às diretrizes estratégicas da Polícia Federal e às exigências normativas aplicáveis às Escolas de Governo, razão pela qual atribui-se ao indicador o conceito máximo (**5 - Excelente**).

Indicador 1.2. Projeto e processo de autoavaliação institucional, considerando a CPA, sua representatividade e suas competências

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise consolidada do projeto e do processo de autoavaliação institucional da DIREN-ANP/PF evidencia que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) encontra-se regularmente constituída, institucionalmente reconhecida e plenamente aderente às competências previstas na legislação e nos instrumentos de avaliação do INEP/MEC, desempenhando papel relevante no fortalecimento da gestão acadêmica e administrativa da Escola de Governo.

O projeto de autoavaliação institucional adotado pela DIREN-ANP/PF está estruturado de forma coerente com o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, do INEP/MEC, contemplando as cinco dimensões e seus respectivos indicadores, o que assegura alinhamento metodológico entre a avaliação interna e os processos de regulação e supervisão externa. Tal aderência permite que os resultados produzidos pela CPA sejam efetivamente utilizados como insumo para o planejamento institucional, reduzindo assimetrias entre diagnóstico interno e julgamento externo.

No período recente, ainda que se registre reduzida quantidade formal de reuniões do colegiado da CPA no ano de 2025, conforme atas constantes em processo administrativo, verifica-se que a Comissão manteve atuação efetiva, técnica e contínua, participando ativamente de processos estratégicos de avaliação e de apoio à gestão. Destacam-se, nesse contexto a coordenação do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), entrega que demonstra a atuação da CPA não apenas como instância formal de avaliação, mas como estrutura funcional integrada ao ciclo decisório institucional.

Quanto à representatividade e à participação da comunidade acadêmica, os resultados dos questionários aplicados a diferentes segmentos (corpo técnico-administrativo, egressos da pós-graduação e alunos de cursos de formação) indicam reconhecimento da atuação da CPA e da importância do processo de autoavaliação. Ao mesmo tempo, tais resultados apontam oportunidades de aprimoramento relacionadas à ampliação da divulgação dos resultados e das recomendações produzidas, aspecto que vem sendo gradualmente enfrentado por meio da atualização da página institucional da CPA (<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/academia-nacional-de-policia-anp/cpa>), do uso de monitores internos de comunicação e da disponibilização de painéis analíticos de dados.

O PDI 2025-2032 reforça a centralidade da autoavaliação institucional ao integrá-la ao modelo de planejamento estratégico da Polícia Federal, estruturado a partir da metodologia de Objetivos e Resultados-Chave (OKR). Nesse sentido, o processo de autoavaliação conduzido pela CPA passa a cumprir função estratégica ao retroalimentar metas, resultados-chave e iniciativas tático-operacionais, conferindo maior racionalidade, transparência e capacidade de monitoramento às ações da DIREN-ANP/PF.

As avaliações externas mais recentes corroboram essa trajetória de amadurecimento do projeto de autoavaliação institucional, ao reconhecerem evolução significativa em aspectos relacionados à análise e à divulgação dos resultados avaliativos, bem como à utilização desses resultados para o aprimoramento das práticas institucionais. Tal reconhecimento externo reforça a consistência do projeto de autoavaliação e a adequação do papel desempenhado pela CPA.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que o projeto e o processo de autoavaliação institucional da DIREN-ANP/PF são coerentes, regulares, representativos e efetivos, cumprindo plenamente suas competências legais e institucionais e contribuindo de forma concreta para a melhoria contínua da qualidade acadêmica e administrativa da Escola de Governo. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 1.3. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise integrada do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da DIREN-ANP/PF e do conjunto de atividades de ensino desenvolvidas pela Escola de Governo demonstra elevado grau de coerência entre o planejamento institucional e a execução das ações educacionais, tanto no nível estratégico quanto no tático-operacional.

O PDI 2025-2032 explicita, de forma clara e estruturada, as linhas de atuação da DIREN-ANP/PF no campo do ensino, contemplando a formação profissional inicial, a capacitação continuada, os cursos de pós-graduação *lato sensu*, as ações de extensão acadêmica articuladas à pesquisa aplicada e as atividades educacionais vinculadas ao desenvolvimento na carreira policial federal e no Plano Especial de Cargos da Polícia Federal. As metas e os objetivos definidos no PDI dialogam diretamente com esse portfólio de ofertas, evidenciando consistência entre o que é planejado e o que é efetivamente executado.

No que se refere especificamente às pós-graduações *lato sensu*, o PDI detalha, de maneira objetiva, as diretrizes, as modalidades e os públicos atendidos, conforme descrito nas

seções dedicadas à política de ensino e ao desenvolvimento de pessoas. As avaliações internas e externas indicam que tais cursos encontram-se alinhados às diretrizes estratégicas da Polícia Federal, às necessidades institucionais e às competências requeridas para o desempenho das atividades finalísticas e administrativas, reforçando a coerência entre planejamento e execução.

As evidências coletadas junto aos egressos da pós-graduação corroboram esse alinhamento, ao indicarem elevada percepção de contribuição dos conteúdos ministrados para a atuação profissional, para o desenvolvimento de postura ética, para a articulação entre teoria e prática e para o interesse na continuidade dos estudos. Esses resultados reforçam que as atividades de ensino não apenas refletem os objetivos estabelecidos no PDI, mas também produzem impactos concretos na qualificação do corpo funcional e de agentes públicos de instituições parceiras.

As avaliações externas realizadas pelo INEP/MEC ratificam essa coerência ao reconhecerem que as atividades de ensino da DIREN-ANP/PF extrapolam o atendimento exclusivo aos servidores da Polícia Federal, alcançando públicos externos por meio de cooperações educacionais nacionais e internacionais, sem prejuízo da aderência à missão institucional da Escola de Governo. Tal aspecto evidencia maturidade institucional na concepção do ensino como instrumento estratégico do Estado.

Adicionalmente, observa-se que o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e o Plano Tático-Operacional (PTO-KR) complementam o PDI ao operacionalizar metas educacionais com temporalidade anual ou bienal, estabelecendo vínculos claros entre os objetivos estratégicos, os resultados-chave e as iniciativas de ensino. Essa articulação reforça a coerência interna do planejamento e contribui para a governança das ações educacionais.

Embora a CPA identifique oportunidades de aprimoramento relacionadas à ampliação da divulgação das diretrizes do PDI e ao fortalecimento da integração entre ensino, pesquisa e extensão, tais aspectos não comprometem a coerência entre o planejamento institucional e as atividades de ensino, mas apontam caminhos para seu contínuo aperfeiçoamento, visando a manutenção da excelência adquirida.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que as atividades de ensino desenvolvidas pela DIREN-ANP/PF estão plenamente alinhadas à missão institucional, às metas e aos objetivos estabelecidos no PDI, configurando um quadro consistente de planejamento e execução educacional. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 1.4. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa, iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais (quando previsto no PDI)

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise integrada do PDI 2025-2032 e das evidências apresentadas no ciclo avaliativo recente demonstra coerência substantiva entre a política institucional de pesquisa/iniciação científica e as metas e objetivos estabelecidos, com avanços concretos na organização do tema e resultados reconhecíveis no ecossistema acadêmico da DIREN-ANP/PF. O PDI reúne, no mesmo capítulo, as políticas de pós-graduação e pesquisa, estabelecendo

diretrizes, papéis e mecanismos de fomento, inclusive via Comitê Gestor de Capacitação (CGC), o que favorece o alinhamento vertical entre a missão institucional e os produtos esperados da pesquisa aplicada à Segurança Pública.

Esse desenho foi reforçado após o reconhecimento da DIREN-ANP como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) (Portaria MJSP nº 22, de 23/02/2022), que induziu a estruturação de uma governança específica para ampliar a iniciação científica e projetar a atuação dos Grupos de Pesquisa em sinergia com outras instâncias estratégicas da PF. No plano dos resultados, destaca-se a Revista Brasileira de Ciências Policiais (RBCP), avaliada no Qualis Capes 2021-2024 no estrato A2, reconhecimento que sinaliza maturidade editorial e aderência temática às prioridades institucionais.

Não obstante essas evidências, permanecem pontos a consolidar na dimensão de atividades-meio (infraestrutura, logística e suporte tecnológico), cuja heterogeneidade ainda impacta a fluidez do ciclo de pesquisa e a visibilidade dos seus produtos. O próprio conjunto de contribuições recentes da CPA reconhece que, embora a coerência estratégica esteja estabelecida e em evolução, condições de suporte (laboratórios, ambiência tecnológica, processos de apoio) ainda carecem de nivelamento para que a excelência observada em alguns núcleos se torne homogênea em toda a Escola de Governo. O redesenho organizacional em curso tende a mitigar esse quadro, vislumbrando que, até 2032, ações institucionalmente consolidadas da ICT possibilitem o alcance da excelência nessa seara.

Essa leitura é convergente com as percepções coletadas nos instrumentos de autoavaliação. Parte dos membros da comunidade acadêmica reconhece a trajetória de fortalecimento do tema, mas solicita metas, fomento sistemático e maior apoio (cursos, horas-pesquisa, editais; aceleração da ICT; laboratórios de pesquisa dedicados), além de melhor articulação entre produção discente e os canais de publicação e difusão. Aparecem, ainda, observações de escassez de iniciativas concretas em determinados eixos e de cultura de pesquisa ainda em consolidação para todos os públicos, elementos que reforçam a leitura de coerência com espaço de amadurecimento.

Em síntese, o PDI 2025-2032 apresenta base programática consistente para a pesquisa e sua integração com a pós-graduação e a extensão; a condição de ICT e os Grupos de Pesquisa delineiam um vetor institucional nítido; e a RBCP no estrato A2 confirma relevância e qualidade no plano editorial/acadêmico. Apesar disso, infraestrutura e serviços de suporte ainda demandam consolidação, e a ambição de fomento contínuo, inclusive com metas e governança de dados para mensurar impacto, precisa ser uniformizada em toda a Escola de Governo. Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que há coerência muito boa entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, motivo pelo qual se atribui ao indicador o **conceito 4 (Muito bom)**.

Indicador 1.5. Coerência entre o PDI e as ações de responsabilidade social: inclusão social

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise integrada do PDI 2025-2032 e das evidências institucionais do ciclo avaliativo recente indica coerência consistente entre as diretrizes de responsabilidade social da DIREN-ANP/PF e as ações de inclusão social em execução, com amplitude temática e alcance

territorial que dialogam diretamente com a missão da Escola de Governo. O PDI explicita, em suas seções de princípios e objetivos, o compromisso com a formação cidadã e com a difusão de conhecimentos em Segurança Pública para além do público interno, orientando a atuação da DIREN-ANP/PF em parceria com outras unidades da Polícia Federal e instituições externas. Esse alinhamento normativo-programático é materializado, por um lado, nas ações voltadas à comunidade acadêmica (saúde, bem-estar e prevenção) e, por outro, em programas de extensão de impacto social, corroborando a aderência entre planejamento e prática.

No âmbito intra-institucional, o PDI se desdobra em iniciativas voltadas ao cuidado e à inclusão da comunidade acadêmica, como o Programa de Atividade Física (com treinamentos no *campus* e no Edifício-Sede, incluindo Escola de Artes Marciais, Ginástica Funcional e Projeto Desconecta & Corre) e ações em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas: Programa Rosa dos Ventos (prevenção ao adoecimento mental, com destaque ao Projeto PlenaMente), PF por Todos (prevenção e enfrentamento ao assédio moral e à discriminação) e PF por Elas (prevenção e enfrentamento ao assédio sexual). Tais ações demonstram coerência entre o que se estabelece no PDI e o que é efetivamente ofertado à comunidade, com foco em saúde, equidade e clima organizacional.

No eixo de extensão à sociedade, o alinhamento entre PDI e prática aparece de forma particularmente nítida nos programas realizados em contextos de vulnerabilidade social. Destacam-se o GPRED (Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas), com atuação nacional nas 27 unidades da federação (a DIREN-ANP/PF provê formação de multiplicadores e suporte pedagógico-técnico), e o Programa Guardiões da Infância, voltado ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, coordenado pela Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos (DCIBER/PF), igualmente apoiado academicamente pela DIREN-ANP/PF. Essas frentes evidenciam a vocação pública da Escola de Governo e sua capacidade de transbordar o *campus* para alcançar públicos externos prioritários, em plena consonância com a missão institucional e as metas estratégicas.

A CPA ressalta, ainda, a iminente instituição da Comissão de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão (CADI), proposta no âmbito da própria CPA e em fase de formalização pela Diretoria de Ensino, a qual deverá assumir protagonismo nas agendas de comunicação simples, formatos aumentativos e alternativos de comunicação, desenho universal da aprendizagem e adaptações razoáveis no processo de ensino-aprendizagem. A CADI funcionará como mecanismo organizacional-ponte entre o enunciado do PDI e a efetividade cotidiana das ações de inclusão, fortalecendo a coerência e a governança temática.

Apesar do saldo claramente positivo, a CPA identifica oportunidades de aprimoramento relacionadas à sistematização de informações e evidências de funcionamento dessas iniciativas, bem como à ampliação da divulgação de resultados e indicadores de alcance/impacto. Os próprios subsídios consolidam a necessidade de agregar dados periódicos sobre cobertura, satisfação dos usuários e benefícios percebidos, de modo a homogeneizar o padrão de excelência observado em projetos emblemáticos (como GPRED e Guardiões da Infância) e a tornar mais visível a contribuição social da Escola de Governo em relatórios públicos e nas páginas institucionais.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que as ações de responsabilidade social e inclusão social da DIREN-ANP/PF estão alinhadas ao PDI, traduzem-

se em iniciativas concretas de promoção de saúde, enfrentamento de violências e difusão de conhecimentos e alcançam públicos internos e externos de forma relevante e estruturada. Com vistas à excelência, recomendam-se a padronização de indicadores, a ampliação da divulgação. Em razão disso, atribui-se ao indicador o **conceito 4 (Muito bom)**.

Indicador 1.6. Coerência entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise do PDI 2025-2032 e das evidências institucionais disponíveis no período avaliativo demonstra coerência relevante entre as diretrizes estratégicas da DIREN-ANP/PF e as ações afirmativas voltadas à defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, as quais se encontram incorporadas de forma transversal à identidade institucional da Escola de Governo.

O PDI explicita a centralidade dos direitos humanos como princípio orientador da formação e da capacitação em Segurança Pública, alinhando-se à missão institucional de defesa da Constituição Federal e do Estado Democrático de Direito. Essa diretriz manifesta-se, de forma consistente, na concepção pedagógica dos cursos, na incorporação de conteúdos relacionados à ética, à legalidade e à proteção de direitos fundamentais e na realização de ações formativas e extensionistas voltadas à sensibilização e à prevenção de violações de direitos.

As avaliações externas convergem no reconhecimento de que a promoção dos direitos humanos constitui elemento estruturante da atuação da DIREN-ANP/PF, com evidências concretas como a realização de palestras em escolas, campanhas educativas, abertura do Museu Criminal ao público e a oferta de cursos gratuitos por meio da plataforma ANP Cidadã, ampliando o acesso ao conhecimento e contribuindo para a formação cidadã da sociedade. Essas iniciativas reforçam a coerência entre o planejamento institucional e a prática efetiva de promoção de direitos.

No tocante às ações afirmativas, observa-se que o PDI não apresenta, de forma explícita, programas estruturados específicos, como políticas de cotas étnico-raciais amplas para todos os processos seletivos, aspecto também apontado pela avaliação externa.

Entretanto, a CPA ressalta que a atuação institucional deve ser analisada à luz do regime jurídico aplicável à Polícia Federal, no qual já se encontram previstas reservas legais de vagas nos processos de formação profissional, conforme o § 2º do art. 5º da Lei nº 8.112/1990, a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e o Decreto nº 9.508/2018. Essas previsões normativas asseguram, no âmbito da formação inicial, mecanismos formais de promoção da inclusão e da equidade.

A possibilidade de ampliação dessas ações afirmativas para outros processos seletivos, como os de pós-graduação e de cooperação educacional, é reconhecida como oportunidade de aprimoramento, devendo, contudo, considerar as especificidades do público-alvo, o risco de ociosidade de vagas e a sustentabilidade das ofertas, em dinâmica semelhante à observada em Institutos Federais de Educação. Tal cautela demonstra coerência institucional ao equilibrar princípios de inclusão com a efetividade das políticas educacionais.

Destaca-se, ainda, que embora as diretrizes e metas relacionadas aos direitos humanos estejam claramente expressas no PDI, a CPA identifica a necessidade de maior difusão interna dessas ações, de modo a estimular iniciativas institucionais mais proativas e ampliar o engajamento dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica. Nesse contexto, a instituição da Comissão de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão (CADI), proposta pela CPA e em fase de formalização, representa avanço significativo, ao criar instância permanente voltada à promoção da equidade, da acessibilidade e da inclusão, com potencial de consolidar e sistematizar as ações afirmativas no âmbito da DIREN-ANP/PF.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que há coerência substancial entre o PDI e as ações de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, expressa tanto nas diretrizes pedagógicas quanto nas iniciativas institucionais e extensionistas. Todavia, a necessidade de maior sistematização, explicitação e divulgação das políticas afirmativas, bem como de ampliação gradual de seu alcance, justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando um campo consolidado, porém ainda em processo de amadurecimento rumo à excelência.

Indicador 1.7. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise do PDI 2025-2032 e das evidências disponibilizadas indica coerência consistente entre as diretrizes estratégicas da DIREN-ANP/PF e o conjunto de ações voltadas à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural. O PDI confere centralidade à valorização da diversidade e à preservação da memória institucional como dimensões constitutivas da formação em Segurança Pública e do papel da Escola de Governo, alinhando princípios, metas e iniciativas de forma transversal às áreas de ensino, extensão e gestão.

No âmbito da memória e do patrimônio, observa-se o replanejamento das ações do Museu Criminal da ANP, com revitalização e atualização tecnológica parciais, o que tem contribuído para uma curadoria mais qualificada da memória cultural e do acervo institucional, ampliando o acesso da sociedade a esse patrimônio, inclusive por meio de visitas e atividades educativas. Essas entregas dialogam diretamente com os enunciados do PDI, reafirmando o compromisso da instituição com a preservação e difusão de sua história e de seus bens culturais.

No eixo da diversidade, as evidências indicam que a temática está integrada à identidade institucional e às práticas formativas, com oferta de ações direcionadas a públicos específicos (por exemplo, cursos de autodefesa para mulheres e de armamento e tiro para servidoras, além do Simpósio sobre Diversidade e Gênero). Tais iniciativas materializam o alinhamento entre o que o PDI enuncia e o que a Escola de Governo executa, e foram reconhecidas nos insumos enviados à CPA. Paralelamente, membros da comunidade acadêmica sugerem incentivo adicional a iniciativas culturais, sinalizando pontos de atenção programáticos que não comprometem a coerência, mas indicam espaço para amadurecimento e consolidação de calendário e métricas.

A governança temática avançou com a iminente instituição da Comissão de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão (CADI), proposta pela CPA e em formalização na DIREN-ANP/PF. A CADI tende a estruturar e integrar agendas de promoção de equidade e diversidade e mecanismos que fortaleçam a coerência operacional entre o PDI e a prática, além de oferecer base para monitoramento contínuo dos resultados.

Embora o saldo seja claramente positivo, a CPA identifica oportunidades de aprimoramento na sistematização de indicadores de alcance e impacto, na padronização do registro das ações, e na ampliação da divulgação dos resultados para a comunidade interna e para o público externo. Ademais, as manifestações recebidas apontam a conveniência de estimular projetos artístico-culturais e de memória de maneira contínua e capilarizada, reforçando o papel da DIREN-ANP/PF como espaço de produção e difusão cultural em Segurança Pública.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que existe coerência muito boa entre o PDI e as ações institucionais relativas à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural. As iniciativas já implementadas, notadamente a revitalização do Museu Criminal, os eventos e cursos focados em diversidade e a governança emergente via CADI, atestam aderência entre planejamento e execução; por outro lado, a necessidade de consolidar métricas, rotinas de registro e comunicação ampla recomenda a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, com trajetória clara de evolução rumo à excelência.

Indicador 1.8. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise consolidada do processo de autoavaliação institucional da DIREN-ANP/PF evidencia participação ampla, progressivamente qualificada e institucionalmente estimulada da comunidade acadêmica, demonstrando elevada coerência entre o que é previsto no PDI 2025-2032 e o que é efetivamente praticado no âmbito da avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Desde a implementação do processo de autoavaliação institucional, em 2013, a CPA tem assegurado espaços regulares de participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, conforme reconhecido nos relatórios de avaliação externa do INEP/MEC. Esse histórico revela que a participação não se configura como ação pontual ou episódica, mas como prática institucional consolidada, integrada à governança acadêmica da Escola de Governo.

No ciclo avaliativo mais recente, especialmente ao longo de 2025, observa-se intensificação deliberada das estratégias de comunicação e engajamento, com o objetivo de ampliar e qualificar a participação da comunidade. Dentre as iniciativas adotadas, destacam-se a atualização do sítio institucional da CPA, a realização de reuniões com gestores da DIREN-ANP/PF, docentes das pós-graduações e servidores do segmento técnico-administrativo, a renovação dos materiais visuais informativos distribuídos no *campus* e a criação de materiais de sensibilização, como marcadores de página, voltados à divulgação do papel da CPA e da importância da autoavaliação institucional.

Os resultados dessas ações refletem-se no incremento do número de respondentes aos

instrumentos de coleta de dados aplicados junto à comunidade acadêmica, bem como na melhoria da percepção dos participantes quanto ao conhecimento dos órgãos colegiados da DIREN-ANP/PF, dentre os quais a CPA, e à avaliação da representatividade de docentes, servidores, alunos e sociedade civil organizada nesses espaços. Tal evidência demonstra não apenas aumento quantitativo da participação, mas também ampliação da consciência institucional sobre os mecanismos de avaliação e governança.

Os questionários aplicados ao corpo técnico-administrativo, aos egressos da pós-graduação e aos alunos dos cursos de formação revelam engajamento significativo desses públicos, com avaliações detalhadas, comentários qualitativos e sugestões consistentes de aprimoramento. Ainda que parte dos respondentes registre limitações de conhecimento sobre determinados temas específicos, esse dado é interpretado pela CPA como indicador de transparência do instrumento, e não como fragilidade do processo participativo, reforçando a credibilidade da autoavaliação.

Importa destacar que a participação da comunidade acadêmica não se limita à fase de coleta de dados, mas se estende ao uso dos resultados, por meio da devolutiva institucional, da divulgação em ambientes digitais e da incorporação das análises em painéis de monitoramento e relatórios gerenciais. Essa dinâmica fortalece o vínculo de confiança entre a CPA e a comunidade, ao evidenciar que as manifestações coletadas produzem efeitos concretos no planejamento e na gestão da Escola de Governo.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional é efetiva, crescente e alinhada às diretrizes do PDI, configurando-se como elemento estruturante da cultura avaliativa da DIREN-ANP/PF. A combinação entre histórico institucional, estratégias ativas de engajamento, diversidade de públicos participantes e utilização concreta dos resultados justifica a atribuição do **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 1.9. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados *(indicador aplicado para fins de Recredenciamento)*

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise consolidada do ciclo avaliativo recente demonstra que a DIREN-ANP/PF mantém processo sistemático, transparente e efetivo de análise e divulgação dos resultados da autoavaliação institucional e das avaliações externas, em plena consonância com o que estabelece o PDI 2025-2032 e com as boas práticas indicadas pelo instrumento oficial de avaliação para Escolas de Governo. O histórico de evolução aponta amadurecimento significativo desde a avaliação externa de 2016, ocasião em que o indicador obteve conceito insuficiente, para o patamar atual de excelência, com múltiplos canais de comunicação e integração dos achados à gestão

No período mais recente, a CPA intensificou as rotinas de análise e devolutiva por meio da atualização da página da CPA na internet, do uso de monitores informatizados distribuídos pelo *campus* para veiculação de resultados e comunicados, e da construção de painel de *Business Intelligence* (BI) dedicado ao acompanhamento de indicadores e à transparência de informações relevantes para a comunidade acadêmica e para a gestão. Esses avanços são

evidenciados em processos administrativos específicos que registram a implantação do BI e a padronização da coleta e do tratamento de dados avaliativos, conferindo rastreabilidade e confiabilidade ao ciclo de informação (08204.004193/2024-79 para o BI; 08204.001312/2025-12 para a uniformização de avaliações; 08204.000265/2025-90 para a análise situacional de indicadores; e 08204.001302/2025-87 para a avaliação de infraestrutura).

A comunicação de resultados alcançou amplitude e capilaridade superiores, com estratégias combinadas (sítio institucional, monitores, reuniões com gestores e docentes, materiais de sensibilização) e conteúdos acessíveis que favorecem a compreensão das metodologias, dos achados e das recomendações da CPA, o que embasou a atribuição de **conceito máximo (5)** ao indicador na avaliação externa mais recente.

Importa registrar que a devolutiva à comunidade não se limita à divulgação passiva dos resultados: observa-se movimento consequente de incorporação dos achados aos instrumentos de gestão (PDI, Plano Tático-Operacional por Resultados-Chave, PDP) e aos planos de ação setoriais, com priorização explícita de frentes sensíveis mapeadas pela CPA (acompanhamento de infraestrutura, sistematização de indicadores de satisfação e de impacto, e fortalecimento da comunicação interna). Essa retroalimentação entre avaliação e planejamento caracteriza o estágio de maturidade do processo e reforça a utilidade gerencial da autoavaliação para a tomada de decisão.

Diante do conjunto de evidências analisadas, que incluem o reconhecimento de excelência na avaliação externa, a diversificação de canais de comunicação, a padronização técnico-metodológica da análise e o uso efetivo dos resultados para subsidiar decisões, a CPA conclui que a análise e a divulgação dos resultados da autoavaliação institucional e das avaliações externas atingiram patamar de excelência, justificando a atribuição do **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 1.10. Ações administrativas implementadas a partir dos resultados das avaliações *(indicador aplicado para fins de Recredenciamento)*

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise consolidada do ciclo avaliativo recente indica que a DIREN-ANP/PF vem implementando ações administrativas consistentes a partir dos resultados produzidos pela autoavaliação institucional e pelas avaliações externas, com impactos tangíveis no planejamento, na gestão e na comunicação de resultados. No período, a CPA registrou entregas que transbordam o diagnóstico e alcançam a instrumentalização da gestão, como a construção de painel de *Business Intelligence* (BI) para monitoramento de indicadores, a uniformização de instrumentos de avaliação das ações educacionais, a análise situacional de indicadores para apoio à decisão e a avaliação sistemática da infraestrutura, todas devidamente formalizadas em processos administrativos (08204.004193/2024-79; 08204.001312/2025-12; 08204.000265/2025-90; 08204.001302/2025-87), o que demonstra rastreabilidade das iniciativas e uso efetivo dos achados avaliativos.

O PDI 2025-2032, por sua vez, integrou os resultados da avaliação ao modelo de planejamento institucional, estruturado em Objetivos e Resultados-Chave (OKR), reforçando o nexos entre diagnóstico, metas, resultados esperados e iniciativas tático-operacionais. Essa

integração confere coerência e cadência de execução às respostas administrativas, pois cria um circuito explícito de retroalimentação entre **CPA → planejamento → ação → monitoramento**, com pontos de controle e de prestação de contas para a comunidade acadêmica.

No campo da comunicação e transparência, a Escola de Governo elevou o patamar de devolutiva à comunidade: a página da CPA foi atualizada; monitores distribuídos no *campus* passaram a veicular achados e recomendações; e o painel BI consolidou informações para acompanhamento interno e publicação de sínteses, superando fragilidades apontadas em ciclos anteriores e contribuindo para a mudança de patamar observada na avaliação externa recente, de desempenho insuficiente, no passado, a excelência neste indicador na última visita de credenciamento.

A CPA reconhece, entretanto, que, ao lado dos avanços, subsiste a necessidade de acompanhar a execução integral e tempestiva das recomendações, de modo a assegurar homogeneidade na implementação entre unidades e serviços. O próprio Anexo III do PDI 2025-2032 - Recomendações da CPA consolida um conjunto de pontos pactuados com a gestão que demandam seguimento sistemático e comprovação de resultados, perspectiva que justifica manter o conceito 4 (Muito bom) neste momento do ciclo, com horizonte de evolução para a excelência à medida que o cumprimento evidenciado das recomendações se estabilize como prática padrão.

Diante do conjunto de evidências disponíveis, que incluem ações administrativas concretas com registro formal, integração ao PDI/OKR e melhorias expressivas na comunicação e no monitoramento, a CPA conclui que as respostas administrativas derivadas das avaliações são muito boas, apresentam efeitos verificáveis sobre a gestão e a qualidade acadêmico-administrativa e evoluem para um modelo de melhoria contínua cada vez mais baseado em dados. Considerando, contudo, a necessidade de consolidar o acompanhamento e a comprovação da execução de todas as recomendações, atribui-se ao indicador o **conceito 4 (Muito bom)**.

5.2. Eixo 2 - Gestão Institucional

Indicador 2.1. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise integrada do planejamento financeiro e da gestão institucional da DIREN-ANP/PF evidencia elevado grau de coerência e aderência entre a alocação orçamentária, as prioridades estratégicas estabelecidas no PDI 2025-2032 e a execução das ações acadêmico-administrativas da Escola de Governo, configurando um modelo de gestão orientado por planejamento, racionalidade e resultados.

O PDI explicita de forma clara a articulação entre os objetivos estratégicos, as metas institucionais e a previsão de recursos, assegurando que o orçamento não seja tratado como instrumento meramente contábil, mas como ferramenta de viabilização da missão institucional. Essa coerência se materializa na vinculação do planejamento financeiro ao modelo de Objetivos

e Resultados-Chave (OKR) adotado pela Polícia Federal, o que permite alinhar recursos, iniciativas tático-operacionais e indicadores de desempenho em diferentes níveis da gestão.

No âmbito da execução, observa-se que a gestão orçamentária da DIREN-ANP/PF sustenta de forma consistente as atividades de ensino, formação, capacitação, pós-graduação, pesquisa aplicada, extensão institucional e manutenção da infraestrutura, garantindo continuidade das ofertas educacionais e capacidade de resposta às demandas institucionais. As evidências analisadas indicam que as decisões de alocação de recursos dialogam diretamente com os diagnósticos produzidos pela CPA e com as prioridades definidas no planejamento institucional.

As avaliações internas e externas reforçam esse entendimento ao reconhecerem que há relação explícita entre orçamento, gestão e qualidade institucional, com utilização dos resultados da autoavaliação para subsidiar ajustes, prioridades e reorientações administrativas. A integração entre avaliação, planejamento financeiro e execução administrativa confere transparência, previsibilidade e governança ao processo decisório, reduzindo riscos de desalinhamento entre o que é planejado e o que é efetivamente implementado.

Destaca-se, ainda, que o planejamento financeiro contempla não apenas as atividades-fim, mas também ações estruturantes, como investimentos em tecnologias da informação, comunicação institucional, infraestrutura acadêmica e apoio às instâncias de governança e avaliação, incluindo a CPA. Esse aspecto reforça a compreensão sistêmica da gestão, na qual o orçamento atua como elemento integrador das diferentes dimensões institucionais.

Embora a CPA reconheça que o ambiente orçamentário da administração pública federal imponha restrições e contingenciamentos externos, tais condicionantes não comprometem a coerência entre planejamento financeiro e gestão institucional, uma vez que a DIREN-ANP/PF demonstra capacidade de priorização estratégica, reprogramação responsável e manutenção de padrões de qualidade compatíveis com sua missão institucional.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a relação entre o planejamento financeiro e a gestão institucional da DIREN-ANP/PF é plenamente coerente, estruturada e efetiva, sustentando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI e contribuindo de forma decisiva para a consecução dos objetivos institucionais. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 2.2. Organização institucional

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise da organização institucional da DIREN-ANP/PF evidencia elevado grau de coerência entre a estrutura organizacional, os mecanismos de governança e as diretrizes estabelecidas no PDI 2025-2032, demonstrando maturidade administrativa e alinhamento consistente entre planejamento, gestão e execução das atividades acadêmico-administrativas da Escola de Governo.

O PDI explicita de forma clara a estrutura organizacional da DIREN-ANP/PF, suas competências, responsabilidades e fluxos decisórios compatíveis com a complexidade de suas atribuições no âmbito da formação, capacitação, pós-graduação, pesquisa aplicada e extensão

institucional. Essa estrutura encontra-se alinhada ao modelo organizacional da Polícia Federal, respeitando o princípio da hierarquia administrativa, ao mesmo tempo em que assegura autonomia acadêmico-pedagógica compatível com a natureza de Escola de Governo.

No que se refere à existência e ao funcionamento dos órgãos colegiados e instâncias de governança, verifica-se que a organização institucional contempla espaços formais de deliberação, assessoramento e avaliação, com participação de gestores, docentes, servidores técnico-administrativos e representantes da comunidade acadêmica, conforme previsto no PDI. A Comissão Própria de Avaliação (CPA), em particular, encontra-se integrada a esse arranjo institucional, com competências definidas, reconhecimento institucional e capacidade de interlocução direta com a alta gestão da DIREN-ANP/PF.

As avaliações internas e externas indicam que a organização institucional não se limita ao desenho formal, mas se traduz em rotinas administrativas e acadêmicas efetivas, normalmente, com registros de reuniões, processos decisórios documentados e mecanismos de acompanhamento das deliberações. Esse funcionamento regular contribui para a transparência, a previsibilidade e a legitimidade das decisões institucionais, fortalecendo a governança e a confiança da comunidade acadêmica nos processos internos.

Destaca-se, ainda, a articulação entre a organização institucional e o modelo de planejamento por Objetivos e Resultados-Chave (OKR) adotado pela Polícia Federal. Tal articulação permite que as unidades organizacionais da DIREN-ANP/PF operem de forma integrada, com clareza quanto às metas institucionais, aos resultados esperados e às responsabilidades atribuídas a cada nível da gestão, favorecendo a coordenação intersetorial e a eficiência administrativa.

Embora a CPA reconheça que a dinâmica institucional demande ajustes contínuos, seja em função de mudanças normativas, seja em razão da ampliação das atribuições da Escola de Governo, essas necessidades de adaptação não configuram fragilidade organizacional, mas refletem a capacidade institucional de evolução e resposta a novos desafios, mantendo a coerência com o PDI e com as diretrizes estratégicas da Polícia Federal.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a organização institucional da DIREN-ANP/PF está plenamente estruturada, implantada e operante, assegurando governança adequada, participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e coerência entre planejamento e execução das ações institucionais. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 2.3. Sistema de registro acadêmico

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise do sistema de registro acadêmico da DIREN-ANP/PF evidencia aderência consistente às diretrizes estabelecidas no PDI 2025-2032, com funcionamento regular e capacidade de atender às necessidades institucionais e dos estudantes, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à integração de sistemas, à padronização de fluxos e à ampliação de funcionalidades.

O PDI reconhece o sistema de registro acadêmico como elemento estruturante da

gestão acadêmica, planejado para ser responsável por assegurar a organização, a confiabilidade e a rastreabilidade das informações relativas à vida acadêmica dos discentes.

No período avaliado, observa-se que o sistema de registro acadêmico atende, de forma geral, aos critérios de organização, informatização e acesso, com suporte às demandas administrativas internas e ao atendimento aos estudantes. As rotinas de registro encontram-se integradas aos processos institucionais formais, garantindo segurança da informação e conformidade com as normas administrativas e acadêmicas vigentes no âmbito da Polícia Federal.

As avaliações internas, contudo, apontam que parte da comunidade acadêmica percebe limitações relacionadas à agilidade no atendimento, à diversificação de documentos disponibilizados de forma automatizada e à integração plena com outros sistemas institucionais, especialmente em contextos que envolvem múltiplos perfis de usuários, cursos de diferentes naturezas e ofertas descentralizadas. Tais percepções não comprometem o funcionamento do sistema, mas indicam potencial de evolução para um modelo mais integrado e orientado à experiência do usuário.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem adotando medidas de aprimoramento progressivo, alinhadas à modernização da gestão acadêmica e à ampliação do uso de tecnologias da informação, inclusive em consonância com iniciativas mais amplas da Polícia Federal voltadas à digitalização de processos e à governança de dados. Esse movimento reforça a coerência entre o PDI e a trajetória de evolução do sistema de registro acadêmico.

Embora o sistema atenda de forma satisfatória às necessidades institucionais e dos estudantes, a CPA entende que a consolidação de maior integração sistêmica, o incremento da acessibilidade, a automatização de rotinas e a padronização ampliada dos serviços ofertados constituem passos relevantes para o alcance do patamar de excelência previsto no instrumento avaliativo.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que o sistema de registro acadêmico da DIREN-ANP/PF está implantado, funcional e alinhado ao PDI, atendendo de maneira muito boa às necessidades institucionais e dos estudantes, ainda que com margem clara para aperfeiçoamento. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 4 (Muito bom)**.

Indicador 2.4. Comunicação da instituição com a comunidade interna

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise da comunicação institucional com a comunidade interna da DIREN-ANP/PF evidencia elevado grau de coerência entre o que está previsto no PDI 2025-2032 e as práticas efetivamente adotadas, demonstrando maturidade organizacional, diversificação de canais e compromisso com a transparência, o acesso à informação e o fortalecimento da governança institucional.

O PDI reconhece a comunicação interna como instrumento estratégico de gestão, essencial para a disseminação das diretrizes institucionais, para o alinhamento das equipes e para a consolidação da cultura organizacional da Escola de Governo. As evidências analisadas indicam que essa diretriz se materializa em canais formais e regulares de comunicação,

utilizados para divulgar informações acadêmicas, administrativas, resultados de avaliações, ofertas educacionais, normativos internos e decisões estratégicas relevantes.

No período avaliado, observa-se ampliação e qualificação dos meios de comunicação interna, com uso integrado de página institucional, monitores informativos distribuídos no *campus*, reuniões periódicas com gestores, docentes e servidores técnico-administrativos, além de comunicações formais por meios eletrônicos institucionais. Essa multiplicidade de canais favorece o acesso tempestivo à informação e contribui para reduzir assimetrias informacionais entre os diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

As avaliações internas apontam melhoria significativa na percepção da comunidade quanto ao acesso às informações institucionais, especialmente no que se refere à divulgação de resultados das avaliações, às ações da CPA, às oportunidades de capacitação e às iniciativas acadêmico-administrativas em curso. Tal avanço reflete esforço institucional deliberado de tornar a comunicação mais clara, contínua e orientada às necessidades dos públicos internos.

Destaca-se, ainda, a articulação entre comunicação interna e processos de avaliação institucional, na medida em que os resultados da autoavaliação e das avaliações externas passaram a ser divulgados de forma mais sistemática e acessível, fortalecendo a compreensão do papel da CPA e promovendo maior engajamento da comunidade acadêmica nos ciclos avaliativos. Esse aspecto contribui diretamente para a consolidação de uma cultura avaliativa participativa, conforme previsto no PDI.

Embora a CPA reconheça que a comunicação interna seja campo dinâmico e passível de aperfeiçoamentos contínuos, especialmente no que se refere à padronização de mensagens e à adequação de linguagem a públicos diversos, tais aspectos não configuram fragilidade, mas indicam capacidade institucional de evolução, já evidenciada pelas melhorias implementadas ao longo do ciclo avaliativo recente.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a comunicação da DIREN-ANP/PF com a comunidade interna é clara, diversificada, acessível e alinhada às diretrizes do PDI, contribuindo de forma decisiva para a transparência, o alinhamento institucional e a efetividade da gestão acadêmico-administrativa. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 2.5. Comunicação da instituição com a comunidade externa

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise da comunicação institucional da DIREN-ANP/PF com a comunidade externa evidencia elevado grau de coerência entre as diretrizes estabelecidas no PDI 2025-2032 e as práticas efetivamente implementadas, demonstrando capacidade institucional de diálogo, transparência e projeção pública compatíveis com o papel estratégico da Escola de Governo no contexto da Segurança Pública e da administração pública federal.

O PDI reconhece a comunicação externa como instrumento fundamental de inserção institucional, voltado à divulgação das ações educacionais, dos resultados acadêmicos, das iniciativas de pesquisa aplicada e extensão, bem como à prestação de contas à sociedade e ao fortalecimento de parcerias interinstitucionais. As evidências analisadas indicam que tais

diretrizes se materializam em canais formais, acessíveis e atualizados, utilizados de forma sistemática para informar públicos externos qualificados e a sociedade em geral.

No período avaliado, observa-se que a DIREN-ANP/PF mantém presença institucional estruturada por meio de páginas institucionais na internet, publicações oficiais, divulgação de cursos e eventos, participação em redes de cooperação nacionais e internacionais e ações de extensão voltadas a públicos externos. Esses mecanismos permitem ampla divulgação das ofertas educacionais, dos projetos institucionais e das ações de impacto social, ampliando a visibilidade e o alcance da Escola de Governo.

As avaliações externas e internas reconhecem que a comunicação com a comunidade externa ocorre de forma regular, transparente e alinhada à missão institucional, especialmente no que se refere ao acesso público às informações sobre cursos, programas, resultados de avaliações, ações de responsabilidade social e iniciativas de promoção dos direitos humanos. A abertura do Museu Criminal da ANP, a oferta de cursos gratuitos à sociedade por meio de plataformas digitais e a atuação em programas nacionais de prevenção e educação são exemplos de ações que reforçam essa interface comunicacional com o público externo.

Destaca-se, ainda, a articulação da comunicação externa com as estratégias institucionais de cooperação, permitindo que a DIREN-ANP/PF se posicione como referência nacional em formação e capacitação em Segurança Pública, sem perder de vista o alinhamento com as diretrizes da Polícia Federal e com os princípios da administração pública. Essa articulação contribui para a consolidação da imagem institucional e para o fortalecimento de redes de colaboração acadêmica e técnica.

Embora a CPA reconheça que a comunicação externa demande atualização permanente e adaptação a novos meios e linguagens, tais desafios são inerentes à dinâmica comunicacional contemporânea e não comprometem a qualidade do que vem sendo praticado. Ao contrário, as evidências apontam capacidade institucional de aperfeiçoamento contínuo, com ampliação de canais, diversificação de formatos e maior integração entre comunicação, ensino, pesquisa e extensão.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a comunicação da DIREN-ANP/PF com a comunidade externa é clara, acessível, institucionalmente orientada e alinhada ao PDI, cumprindo plenamente sua função de divulgação, transparência e inserção social da Escola de Governo. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

5.3. Eixo 3 - Corpo Social

Indicador 3.1. Política de formação e capacitação do corpo docente

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise da política de formação e capacitação do corpo docente da DIREN-ANP/PF evidencia elevado grau de coerência entre as diretrizes institucionais previstas no PDI 2025-2032 e as práticas efetivamente implementadas, demonstrando alinhamento estratégico com a

missão da Escola de Governo e com as necessidades formativas decorrentes das atividades de ensino, capacitação e pós-graduação *lato sensu*.

O PDI explicita a centralidade do corpo docente como elemento estruturante da qualidade acadêmica, reconhecendo a formação continuada, a qualificação técnica e a atualização permanente como condições indispensáveis para a consecução dos objetivos institucionais. As evidências analisadas indicam que essa diretriz se traduz em política institucional consistente, voltada ao fortalecimento das competências pedagógicas, técnicas e profissionais dos docentes que atuam na DIREN-ANP/PF.

No período avaliado, observa-se que a política de formação e capacitação docente contempla múltiplas dimensões, incluindo incentivo à participação em cursos de capacitação pedagógica, eventos acadêmicos e técnicos, atividades de atualização profissional e ações formativas alinhadas às áreas finalísticas da Polícia Federal, as quais foram atualizadas pelo novo Programa de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP) 2025/2027, instituído pela Portaria DIREN-ANP/PF nº 18.789, de 26 de setembro de 2025. Tal abordagem favorece a articulação entre teoria e prática, aspecto essencial para a formação em Segurança Pública e para a atuação em cursos de natureza aplicada.

Destaca-se, ainda, que a DIREN-ANP/PF conta com um corpo docente composto majoritariamente por profissionais com elevada experiência prática, servidores da Polícia Federal ou especialistas convidados, o que demanda política de capacitação sensível às especificidades desse perfil. As ações institucionais analisadas demonstram capacidade de adequar a formação docente às exigências pedagógicas, sem desconsiderar o valor da expertise profissional acumulada, assegurando qualidade didático-pedagógica compatível com os objetivos dos cursos ofertados.

As avaliações internas, especialmente aquelas realizadas junto a discentes e egressos da pós-graduação, indicam percepção positiva quanto à qualificação, domínio de conteúdo e capacidade didática dos docentes, o que reforça a efetividade da política de formação e capacitação implementada. Esses resultados sugerem que os investimentos institucionais em desenvolvimento docente produzem impactos concretos na qualidade do ensino e na satisfação dos estudantes.

Importa ressaltar que a política de capacitação docente se encontra articulada ao planejamento institucional e ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), bem como às diretrizes estratégicas da Polícia Federal, permitindo coerência entre necessidades individuais, demandas institucionais e prioridades organizacionais. Essa integração fortalece a sustentabilidade da política e sua capacidade de adaptação a novos desafios formativos.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a política de formação e capacitação do corpo docente da DIREN-ANP/PF está plenamente prevista, implantada e operante, atendendo de maneira excelente às necessidades institucionais e contribuindo decisivamente para a qualidade acadêmica e para o cumprimento da missão da Escola de Governo. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 3.2. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise da política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo da DIREN-ANP/PF evidencia elevado grau de coerência entre as diretrizes estabelecidas no PDI 2025-2032 e as práticas institucionais efetivamente implementadas, demonstrando reconhecimento do papel estratégico desse segmento para o funcionamento qualificado da Escola de Governo e para o suporte às atividades acadêmicas e administrativas.

O PDI explicita que o corpo técnico-administrativo constitui elemento essencial da governança institucional, responsável por assegurar a operacionalização eficiente das ações de ensino, formação, capacitação, pós-graduação, pesquisa aplicada, avaliação institucional e gestão administrativa. As evidências analisadas indicam que essa compreensão se traduz em política institucional estruturada de desenvolvimento de pessoas, alinhada às diretrizes da Polícia Federal e à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP).

No período avaliado observa-se que a política de capacitação técnico-administrativa contempla ações formativas regulares e diversificadas, voltadas tanto ao aprimoramento de competências técnicas específicas quanto ao desenvolvimento de competências transversais, as quais foram atualizadas pelo novo Programa de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP) 2025/2027, instituído pela Portaria DIREN-ANP/PF nº 18.789, de 26 de setembro de 2025, que estabelece os objetivos estratégicos de “Enfrentar a criminalidade com eficiência”, “Servir a sociedade com excelência e transparência”, “Transformar a PF em uma instituição orientada pela estratégia e governança” e de “Formar a polícia do futuro, moderna e inovadora”. Essa abordagem favorece a qualificação contínua dos servidores e a adaptação às crescentes demandas e complexidades da Escola de Governo.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF incentiva a participação do corpo técnico-administrativo em cursos, capacitações, eventos institucionais e programas de desenvolvimento, previstos no seu Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) ou ofertados por outras instituições, desde que alinhados ao PRODEP e com as necessidades mapeadas pelas unidades organizacionais. Tal incentivo contribui para o fortalecimento do desempenho individual e coletivo, bem como para a valorização profissional dos servidores.

As avaliações internas, especialmente aquelas realizadas junto ao próprio corpo técnico-administrativo, indicam percepção positiva quanto às oportunidades de capacitação oferecidas e ao reconhecimento institucional da importância desse segmento. Os resultados sugerem que as ações formativas impactam de maneira concreta a qualidade dos serviços prestados, a eficiência dos processos administrativos e o apoio às atividades acadêmicas.

Importa ressaltar que a política de formação e capacitação técnico-administrativa encontra-se articulada ao planejamento institucional, às metas estratégicas e aos resultados-chave definidos para a DIREN-ANP/PF, permitindo alinhamento entre necessidades institucionais, desenvolvimento profissional e prioridades organizacionais. Essa integração confere sustentabilidade à política e favorece sua atualização contínua diante de novos desafios.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo da DIREN-ANP/PF está plenamente prevista,

implantada e operante, atendendo de maneira excelente às necessidades institucionais e contribuindo decisivamente para a qualidade da gestão acadêmico-administrativa e para o cumprimento da missão da Escola de Governo. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 3.3. Política de atendimento aos estudantes

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise da política de atendimento aos estudantes da DIREN-ANP/PF evidencia elevado grau de coerência entre as diretrizes estabelecidas no PDI 2025-2032 e as práticas institucionais efetivamente implementadas, demonstrando compromisso consistente com o acolhimento, o acompanhamento e o suporte integral aos discentes ao longo de sua trajetória formativa na Escola de Governo.

O PDI reconhece o atendimento ao estudante como componente estratégico da qualidade acadêmica, contemplando não apenas os aspectos administrativos, mas também dimensões pedagógicas, psicossociais, de acessibilidade e de bem-estar. As evidências analisadas indicam que essa diretriz se traduz em política institucional estruturada, capaz de atender às especificidades do público atendido pela DIREN-ANP/PF, composto majoritariamente por servidores públicos, alunos em cursos de formação e capacitação e discentes de pós-graduação *lato sensu*.

No período avaliado, observa-se que a política de atendimento aos estudantes se materializa por meio de canais formais de atendimento acadêmico e administrativo, com suporte adequado para questões relativas à matrícula, certificação, acompanhamento pedagógico, orientação acadêmica e esclarecimento de dúvidas institucionais. Esses mecanismos contribuem para a fluidez dos processos acadêmicos e para a redução de barreiras administrativas ao desenvolvimento das atividades educacionais.

Destaca-se, ainda, a existência de ações institucionais voltadas ao cuidado e ao bem-estar dos estudantes, desenvolvidas em articulação com áreas internas da Polícia Federal, como programas de promoção da saúde física e mental, prevenção ao adoecimento e enfrentamento de situações de vulnerabilidade. Tais iniciativas reforçam a compreensão do estudante como sujeito integral do processo educativo, em consonância com os princípios de responsabilidade social e de valorização da pessoa humana expressos no PDI.

As avaliações internas, especialmente aquelas aplicadas junto a alunos e egressos dos cursos de pós-graduação e formação, indicam percepção positiva quanto à disponibilidade, cordialidade e efetividade do atendimento prestado, bem como ao suporte oferecido durante o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Esses resultados sugerem que a política de atendimento produz impactos concretos na experiência discente e na satisfação com os cursos ofertados.

Importa ressaltar que a política de atendimento aos estudantes encontra-se articulada às ações de acessibilidade, diversidade e inclusão, bem como às estratégias de comunicação interna, favorecendo atendimento adequado a públicos com necessidades específicas e garantindo tratamento isonômico, conforme os princípios da administração pública e as

diretrizes institucionais da Escola de Governo.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a política de atendimento aos estudantes da DIREN-ANP/PF está plenamente prevista, implantada e operante, atendendo de maneira excelente às necessidades dos discentes e contribuindo de forma decisiva para a qualidade acadêmica, a permanência estudantil e o cumprimento da missão institucional. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 3.4. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente (quando previstos no PDI)

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise dos programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente da DIREN-ANP/PF evidencia coerência consistente entre as diretrizes previstas no PDI 2025-2032 e as práticas institucionais desenvolvidas, com iniciativas relevantes já implementadas e oportunidades de aprimoramento relacionadas à sistematização, ao fomento contínuo e à ampliação da visibilidade institucional dessas ações.

O PDI reconhece a importância de estimular a produção acadêmica e técnica dos discentes, bem como de fomentar sua participação em eventos científicos, técnicos e institucionais, como parte do processo formativo e do desenvolvimento profissional. As evidências analisadas indicam que, embora a DIREN-ANP/PF não possua um programa único e formalizado exclusivamente voltado a esse fim, existem mecanismos institucionais de apoio que viabilizam a participação discente em atividades acadêmicas relevantes e a divulgação de suas produções.

No âmbito da produção discente, destaca-se a existência de canais institucionais de difusão do conhecimento, como a Biblioteca Digital da Polícia Federal (BDPol), a Revista Brasileira de Ciências Policiais (RBCP) e outros repositórios e eventos acadêmicos vinculados à Escola de Governo, que acolhem e divulgam trabalhos produzidos no contexto dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e de atividades formativas. Esses espaços contribuem para a valorização da produção intelectual discente e para sua integração ao debate técnico-científico em Segurança Pública.

No que se refere à participação em eventos, observa-se que a DIREN-ANP/PF promove e apoia a realização de seminários, encontros técnicos, congressos, simpósios e eventos institucionais, tanto no âmbito interno quanto em cooperação com outras instituições nacionais e internacionais. Tais eventos possibilitam a interação entre discentes, docentes e especialistas, ampliando o repertório formativo e fortalecendo a inserção acadêmica dos participantes.

As avaliações internas indicam percepção positiva quanto às oportunidades de participação em eventos e à existência de espaços de divulgação da produção discente, especialmente no âmbito dos cursos de pós-graduação. Ao mesmo tempo, parte da comunidade acadêmica sinaliza a conveniência de maior previsibilidade, padronização e divulgação dos critérios e das formas de apoio, bem como de ampliação do estímulo institucional à participação discente em eventos externos e à publicação de trabalhos.

Importa ressaltar que a diversidade do público atendido pela DIREN-ANP/PF, majoritariamente composto por servidores públicos em exercício, impõe especificidades à política de apoio discente, exigindo compatibilização entre atividades acadêmicas, compromissos funcionais e limitações administrativas. Ainda assim, as evidências demonstram que a instituição tem buscado equilibrar essas variáveis, assegurando condições reais de participação e produção acadêmica.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que os programas e mecanismos de apoio à realização de eventos e à produção discente da DIREN-ANP/PF estão previstos e implementados de forma coerente, produzindo resultados relevantes para a formação acadêmica e profissional dos estudantes. Contudo, a necessidade de maior institucionalização, sistematização e divulgação dessas ações justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando um campo consolidado, porém ainda passível de evolução em direção à excelência.

Indicador 3.5. Coerência entre o processo de seleção do corpo docente e os cursos previstos e/ou implantados

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise do processo de seleção do corpo docente na DIREN-ANP/PF indica coerência predominante entre o perfil de docentes convidados/selecionados e as exigências formativas dos cursos previstos e/ou implantados, em conformidade com o escopo do indicador definido pelo instrumento oficial do INEP/MEC para Escolas de Governo. Esse indicador examina especificamente a adequação do processo de seleção ao perfil dos cursos, sendo a excelência caracterizada quando tal coerência se evidencia de modo consistente e sem desvios relevantes.

As evidências qualitativas reunidas pela CPA mostram que, no conjunto, há alinhamento entre o convite/seleção de docentes e os objetivos curriculares dos cursos.

Diante desse quadro, a CPA entende que há coerência muito boa entre o processo de seleção do corpo docente e os cursos: existe base de práticas aderentes e a percepção majoritária é positiva; ao mesmo tempo, os apontamentos de desalinhamento, ainda que episódicos, não são negligenciáveis e pedem ações incrementalmente estruturadas.

Entre os aperfeiçoamentos recomendados, destacam-se: *(i)* explicitar, nos documentos de oferta, perfis e competências docentes esperadas por componente curricular; *(ii)* padronizar critérios de convite/seleção com checagem formal de aderência a esses perfis; *(iii)* ampliar a rastreabilidade das decisões (pareceres de indicação e registros objetivos da compatibilidade entre experiência do docente e desenho do curso); e *(iv)* retroalimentar o processo com dados de avaliação de desempenho docente e resultados de aprendizagem, fortalecendo o ciclo de melhoria contínua previsto no instrumento avaliativo.

Considerando o conjunto das evidências, a CPA conclui que a DIREN-ANP/PF atende de forma plena ao que se espera no indicador 3.5, há coerência clara entre seleção docente e cursos, com mínima margem de aprimoramento para alcançar a excelência plena por meio da padronização e do reforço dos critérios de aderência. Por essa razão, atribui-se ao indicador o **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 3.6. Titulação do corpo docente dos cursos de pós-graduação *lato sensu*

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise da titulação do corpo docente que atua nos cursos de pós-graduação *lato sensu* da DIREN-ANP/PF evidencia aderência plena aos critérios estabelecidos pelo instrumento de avaliação do INEP/MEC, bem como coerência consistente com as diretrizes acadêmicas previstas no PDI 2025-2032, demonstrando elevado padrão de qualificação docente compatível com a natureza e a complexidade dos cursos ofertados.

As evidências analisadas indicam que o percentual de docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) supera de forma confortável os parâmetros mínimos exigidos pelo instrumento avaliativo, alcançando patamar que caracteriza excelência no indicador. Esse perfil assegura base acadêmica sólida para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa aplicada e produção intelectual vinculadas aos cursos de especialização.

Destaca-se que a elevada titulação acadêmica do corpo docente é complementada por significativa experiência profissional, sobretudo em áreas finalísticas da Polícia Federal e da Segurança Pública, o que confere aos cursos caráter distintivo e altamente aplicado. Essa combinação entre formação acadêmica avançada e expertise prática fortalece a articulação entre teoria e prática, elemento central da proposta pedagógica da DIREN-ANP/PF e das Escolas de Governo em geral.

O PDI reconhece explicitamente a importância da qualificação acadêmica do corpo docente como fator crítico para a qualidade dos cursos de pós-graduação, e as práticas institucionais observadas confirmam a efetividade dessa diretriz. A seleção e a manutenção de docentes titulados em nível *stricto sensu* refletem decisão estratégica da gestão acadêmica, alinhada às exigências normativas e às expectativas de qualidade da comunidade acadêmica.

As avaliações internas, especialmente aquelas realizadas junto a discentes e egressos, corroboram esse diagnóstico ao apontarem percepção positiva quanto à consistência teórica, profundidade conceitual e rigor acadêmico dos cursos ofertados, atributos diretamente associados à titulação do corpo docente. Esses resultados indicam impacto concreto da qualificação docente sobre a qualidade do processo formativo.

Importa ressaltar que a titulação elevada do corpo docente também contribui para o fortalecimento da produção acadêmica e técnica, para a consolidação de linhas de pesquisa aplicada e para a inserção institucional da DIREN-ANP/PF em redes acadêmicas e científicas, reforçando o papel da Escola de Governo como espaço de geração e difusão de conhecimento em Segurança Pública.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a titulação do corpo docente dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da DIREN-ANP/PF atende de maneira excelente aos critérios avaliativos, superando os requisitos mínimos e contribuindo decisivamente para a qualidade acadêmica, a credibilidade institucional e o cumprimento da missão da Escola de Governo. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 3.7. Experiência profissional do corpo docente

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise da experiência profissional do corpo docente da DIREN-ANP/PF evidencia aderência plena aos critérios estabelecidos pelo instrumento de avaliação do INEP/MEC, bem como elevada coerência com a missão institucional e com as características dos cursos ofertados pela Escola de Governo, especialmente aqueles voltados à formação, capacitação e pós-graduação *lato sensu* em Segurança Pública.

As evidências analisadas indicam que o corpo docente é majoritariamente composto por profissionais com ampla e qualificada experiência profissional, especialmente em áreas finalísticas da Polícia Federal, da Segurança Pública e de campos correlatos ao conteúdo dos cursos ministrados. Tal perfil assegura que a atividade docente esteja ancorada em vivências concretas, conhecimentos aplicados e domínio prático das temáticas abordadas, elemento central para a formação de servidores públicos e profissionais que atuam em contextos complexos e sensíveis.

Destaca-se que o instrumento avaliativo considera a experiência profissional não vinculada exclusivamente ao magistério superior, mas relacionada ao exercício efetivo de atividades profissionais pertinentes à área de atuação do curso. Nesse aspecto, a DIREN-ANP/PF apresenta cenário de excelência, uma vez que parcela expressiva de seus docentes possui tempo de atuação profissional significativamente superior ao mínimo exigido, com trajetórias consolidadas em funções estratégicas, operacionais, técnicas e de gestão.

O PDI 2025-2032 reconhece explicitamente a experiência profissional do corpo docente como diferencial institucional, especialmente no contexto das Escolas de Governo, nas quais a articulação entre teoria e prática constitui pressuposto pedagógico fundamental. As práticas institucionais observadas confirmam a efetividade dessa diretriz, ao priorizar a seleção e a manutenção de docentes cuja experiência profissional agrega valor direto ao processo formativo.

As avaliações internas, realizadas junto a discentes e egressos, reforçam esse diagnóstico ao apontarem elevada percepção quanto à capacidade dos docentes de contextualizar conteúdos, apresentar exemplos práticos, discutir casos reais e relacionar os conhecimentos teóricos às demandas concretas do trabalho em Segurança Pública. Esses resultados indicam impacto positivo direto da experiência profissional docente sobre a qualidade do ensino e a aprendizagem dos estudantes.

Importa ressaltar que a elevada experiência profissional do corpo docente contribui não apenas para a qualidade das aulas, mas também para o fortalecimento da credibilidade institucional da DIREN-ANP/PF, para a consolidação de redes profissionais e para a atualização permanente dos conteúdos ofertados, em sintonia com a evolução das práticas e dos desafios enfrentados no campo da Segurança Pública.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a experiência profissional do corpo docente da DIREN-ANP/PF atende de maneira excelente aos critérios avaliativos, superando os parâmetros mínimos exigidos e constituindo diferencial estratégico da Escola de Governo. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 3.8. Experiência de magistério superior do corpo docente

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise da experiência de magistério superior do corpo docente da DIREN-ANP/PF evidencia plena aderência aos critérios estabelecidos pelo instrumento de avaliação do INEP/MEC, bem como elevada coerência com as exigências acadêmicas dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e das demais ações educacionais desenvolvidas pela Escola de Governo.

As evidências analisadas indicam que parcela expressiva do corpo docente possui experiência consolidada em docência no ensino superior, com tempo de atuação significativamente superior ao mínimo exigido pelo instrumento avaliativo. Tal experiência abrange a atuação em cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e, em diversos casos, em programas *stricto sensu*, o que assegura domínio das metodologias de ensino, dos processos avaliativos e da dinâmica acadêmica própria do nível superior.

Destaca-se que a experiência de magistério superior do corpo docente complementa de forma qualificada a elevada experiência profissional característica da DIREN-ANP/PF, resultando em perfil docente equilibrado, capaz de articular rigor acadêmico, prática pedagógica e aplicação profissional. Essa combinação revela-se particularmente relevante no contexto das Escolas de Governo, nas quais se exige não apenas conhecimento técnico, mas também capacidade de conduzir processos de ensino-aprendizagem voltados a adultos, servidores públicos e profissionais em exercício.

O PDI 2025-2032 reconhece explicitamente a importância da experiência docente no ensino superior como fator crítico para a qualidade acadêmica e para a efetividade das ações educacionais. As práticas institucionais observadas confirmam essa diretriz, ao priorizar a atuação de docentes com trajetória consolidada na docência universitária, capazes de planejar, executar e avaliar atividades educacionais em consonância com os objetivos formativos dos cursos.

As avaliações internas, especialmente aquelas realizadas junto a discentes e egressos, corroboram esse diagnóstico ao apontarem percepção positiva quanto à clareza didática, organização das aulas, adequação das metodologias de ensino e qualidade dos processos avaliativos. Esses atributos estão diretamente associados à experiência de magistério superior e indicam impacto concreto desse fator sobre a aprendizagem e a satisfação dos estudantes.

Importa ressaltar que a experiência docente acumulada também contribui para a qualidade da orientação acadêmica, para o acompanhamento de trabalhos de conclusão de curso (TCC) e para a consolidação de padrões acadêmicos compatíveis com as exigências normativas e com as expectativas institucionais da DIREN-ANP/PF.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a experiência de magistério superior do corpo docente da DIREN-ANP/PF atende de maneira excelente aos critérios avaliativos, superando os parâmetros mínimos exigidos e contribuindo de forma decisiva para a qualidade acadêmica, a consistência pedagógica e o cumprimento da missão da Escola de Governo. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

5.4. Eixo 4 - Desenvolvimento Profissional

Indicador 4.1. Coerência entre as políticas de ensino e as ações acadêmico-administrativas

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise integrada das políticas de ensino e das ações acadêmico-administrativas da DIREN-ANP/PF evidencia elevado grau de coerência entre o que está normatizado no PDI e o que é efetivamente executado pelas unidades acadêmicas e administrativas da Escola de Governo, em conformidade com o escopo do indicador definido no instrumento oficial do INEP/MEC para Escolas de Governo.

O PDI 2025-2032 explicita diretrizes de ensino que abrangem formação profissional, capacitação continuada, pós-graduação *lato sensu* e ações de extensão articuladas à pesquisa aplicada, e integra essas diretrizes ao modelo de Objetivos e Resultados-Chave (OKR) da Polícia Federal por meio do Plano Tático-Operacional (PTO-KR), o que permite traduzir política acadêmica em metas, iniciativas e rotinas administrativas, assegurando aderência entre planejamento pedagógico e execução cotidiana.

No plano dos resultados educacionais percebidos, os dados do questionário com egressos da pós-graduação indicam concordância elevada de que os conteúdos ministrados ajudaram a pensar a rotina e as atribuições institucionais, favoreceram a postura ética, articularam teoria e prática, aumentaram a segurança no exercício do cargo e estimularam a continuidade dos estudos, evidências típicas de política de ensino que se traduz em práticas e processos acadêmico-administrativos eficazes.

Em paralelo, as entregas institucionais recentes sustentam a coerência entre política e ação: a CPA apoiou a uniformização das avaliações das ações educacionais, produziu análise situacional de indicadores para a gestão e implantou painel de *Business Intelligence* (BI) para monitoramento e transparência, insumos administrativos que retroalimentam o ensino com dados, padronização e melhoria contínua dos processos.

A CPA reconhece pontos de atenção derivados de comentários de egressos (maior ênfase prática em componentes específicos, aprimoramento da divulgação e do fomento à publicação), que servem como oportunidades de refinamento do desenho pedagógico e das rotinas acadêmico-administrativas. Tais apontamentos, contudo, não comprometem a coerência estrutural entre política e execução; antes, confirmam uma cultura de melhoria contínua baseada em *feedbacks* e evidências

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que as políticas de ensino estão plenamente alinhadas às ações acadêmico-administrativas da DIREN-ANP/PF, com planejamento, execução e monitoramento integrados ao PDI e ao modelo OKR, e com resultados educacionais percebidos positivamente pelos públicos atendidos. Por essas razões, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 4.2. Coerência entre as políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais (*aplica-se quando previstas no PDI*)

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise da coerência entre as políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas voltadas à pesquisa e à iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais da DIREN-ANP/PF evidencia alinhamento consistente entre o planejamento institucional e as práticas em desenvolvimento, com avanços estruturantes relevantes e espaço concreto para consolidação e amadurecimento do campo no ciclo avaliativo.

O PDI 2025-2032 explicita a pesquisa aplicada e a produção técnico-científica como componentes estratégicos da atuação da Escola de Governo, especialmente no que se refere à geração de conhecimento em Segurança Pública, à inovação institucional e ao fortalecimento da formação em nível de pós-graduação *lato sensu*. As diretrizes institucionais apontam para a integração entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com a missão da DIREN-ANP/PF e com o papel das Escolas de Governo no âmbito da administração pública.

No plano da execução, observa-se que a DIREN-ANP/PF desenvolve ações acadêmico-administrativas compatíveis com essas diretrizes, como o estímulo à produção intelectual no âmbito dos cursos de pós-graduação, a manutenção de canais institucionais de divulgação científica, a exemplo da Revista Brasileira de Ciências Policiais (RBCP), e o apoio a iniciativas de pesquisa aplicada vinculadas às áreas finalísticas da Polícia Federal. Essas ações demonstram coerência entre a política institucional declarada e as práticas efetivamente implantadas.

Destaca-se, ainda, que o reconhecimento formal da DIREN-ANP/PF como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) representa marco relevante para a consolidação das políticas de pesquisa e inovação, criando condições normativas e institucionais para o fortalecimento das ações acadêmico-administrativas nesse campo. Esse movimento reforça a aderência do PDI às transformações recentes do arranjo institucional e amplia o potencial de integração entre pesquisa, ensino e inovação.

As avaliações internas, contudo, indicam que parte da comunidade acadêmica percebe a necessidade de maior sistematização das políticas de fomento, de ampliação do suporte administrativo à pesquisa e de uniformização das condições de infraestrutura e serviços para o desenvolvimento das atividades de iniciação científica e produção tecnológica. Tais percepções não apontam incoerência entre política e ação, mas sinalizam que a implementação ainda se encontra em processo de consolidação, com heterogeneidade entre áreas e iniciativas.

Importa ressaltar que a natureza da DIREN-ANP/PF, voltada prioritariamente à formação e capacitação de servidores públicos em exercício, impõe especificidades à política de pesquisa, exigindo equilíbrio entre as demandas operacionais e o desenvolvimento de atividades acadêmico-científicas. Nesse contexto, as ações observadas revelam esforço institucional consistente para integrar a pesquisa ao cotidiano acadêmico, ainda que com limitações próprias do modelo de Escola de Governo.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que existe coerência muito boa entre as políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas voltadas à pesquisa, iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais na DIREN-ANP/PF. As bases normativas e práticas estão estabelecidas e em funcionamento, mas a necessidade de maior institucionalização, fomento sistemático e consolidação das ações justifica a atribuição do

conceito 4 (Muito bom), indicando trajetória positiva e sustentável em direção à excelência.

Indicador 4.3. Programas de apoio aos estudantes

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise dos programas de apoio aos estudantes da DIREN-ANP/PF evidencia elevado grau de coerência entre as diretrizes estabelecidas no PDI 2025-2032 e as práticas institucionais efetivamente implementadas, demonstrando compromisso consistente com a permanência, o bem-estar e o desenvolvimento acadêmico e profissional dos discentes atendidos pela Escola de Governo.

O PDI reconhece os programas de apoio como elemento estruturante da política acadêmica, contemplando dimensões que extrapolam o suporte administrativo e alcançam aspectos pedagógicos, psicossociais, de saúde, acessibilidade e inclusão. As evidências analisadas indicam que essa compreensão se traduz em ações institucionais articuladas, capazes de atender às especificidades do público da DIREN-ANP/PF, majoritariamente composto por servidores públicos em exercício, alunos de cursos de formação e capacitação e discentes de pós-graduação *lato sensu*.

No período avaliado, observa-se a existência de programas e iniciativas voltadas ao acolhimento e ao suporte integral aos estudantes, desenvolvidos em articulação com áreas internas da Polícia Federal. Destacam-se ações de promoção da saúde física e mental, prevenção ao adoecimento, apoio psicossocial, incentivo à atividade física e iniciativas de enfrentamento a situações de vulnerabilidade, assédio e discriminação. Tais programas contribuem para a criação de ambiente acadêmico seguro, saudável e propício ao processo de ensino-aprendizagem.

As evidências também apontam para a integração dos programas de apoio às políticas de acessibilidade, diversidade e inclusão, assegurando atendimento adequado a estudantes com necessidades específicas e promovendo tratamento isonômico, em consonância com os princípios da administração pública e com as diretrizes institucionais da Escola de Governo. Essa articulação reforça o caráter sistêmico dos programas de apoio e sua aderência ao planejamento institucional.

As avaliações internas, especialmente aquelas realizadas junto a alunos e egressos, indicam percepção positiva quanto à disponibilidade, efetividade e relevância dos programas de apoio, bem como ao impacto dessas ações sobre a permanência, o desempenho acadêmico e a satisfação com os cursos ofertados. Os resultados sugerem que os programas não apenas existem formalmente, mas produzem efeitos concretos na experiência discente.

Importa ressaltar que os programas de apoio aos estudantes encontram-se articulados às ações de comunicação interna e às instâncias de governança acadêmica, o que favorece sua divulgação, o acesso pelos estudantes e a retroalimentação das políticas institucionais a partir das demandas identificadas no cotidiano acadêmico. Essa integração contribui para a sustentabilidade das ações e para sua contínua adequação às necessidades do público atendido.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que os programas de apoio aos estudantes da DIREN-ANP/PF estão plenamente previstos, implantados e operantes,

atendendo de maneira excelente às necessidades dos discentes e contribuindo de forma decisiva para a qualidade acadêmica, a permanência estudantil e o cumprimento da missão institucional da Escola de Governo. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 4.4. Política e ações de acompanhamento dos egressos

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise da política e das ações de acompanhamento dos egressos da DIREN-ANP/PF evidencia aderência consistente às diretrizes previstas no PDI 2025-2032, com iniciativas efetivamente implantadas e resultados relevantes, ainda que com oportunidades de aprimoramento no que se refere à sistematização, à ampliação de indicadores e à consolidação de mecanismos institucionais permanentes de monitoramento.

O PDI reconhece o acompanhamento de egressos como instrumento estratégico de avaliação da efetividade das ações educacionais, permitindo aferir impactos da formação sobre o desempenho profissional, o desenvolvimento de competências e a contribuição institucional da Escola de Governo. As evidências analisadas indicam que essa diretriz vem sendo materializada por meio de levantamentos periódicos junto a egressos, especialmente dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, cujos resultados têm sido utilizados como insumo para a revisão e o aprimoramento das políticas acadêmicas.

No período avaliado, observa-se que a DIREN-ANP/PF aplica instrumentos estruturados de coleta de percepção dos egressos, contemplando aspectos como contribuição do curso para o exercício das atribuições profissionais, articulação entre teoria e prática, fortalecimento da postura ética, segurança no desempenho do cargo e estímulo à continuidade da formação. Esses dados demonstram capacidade institucional de ouvir sistematicamente os egressos e de incorporar suas percepções ao processo de melhoria contínua.

Os resultados das avaliações de egressos indicam impacto positivo da formação oferecida, com elevado grau de concordância quanto à relevância dos conteúdos, à aplicabilidade prática e à contribuição para o desempenho profissional. Tais evidências reforçam a coerência entre a política de ensino, as ações acadêmico-administrativas e os efeitos produzidos após a conclusão dos cursos, configurando elemento relevante de avaliação da qualidade institucional.

Apesar dos avanços observados, a CPA identifica que as ações de acompanhamento de egressos ainda se concentram prioritariamente na dimensão avaliativa, carecendo de maior institucionalização enquanto política contínua e integrada, com definição mais clara de indicadores longitudinais, ampliação da base de dados e maior articulação com estratégias de comunicação institucional e de desenvolvimento profissional. Esses aspectos são reconhecidos como campos de evolução, compatíveis com o estágio atual de maturidade do processo.

Importa ressaltar que a natureza da DIREN-ANP/PF, voltada majoritariamente à formação de servidores públicos em exercício, confere especificidades ao acompanhamento de egressos, uma vez que muitos permanecem vinculados à própria Polícia Federal ou a órgãos parceiros. Ainda assim, as ações implementadas demonstram esforço institucional consistente para monitorar resultados, captar evidências de impacto e retroalimentar o planejamento

acadêmico.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a política e as ações de acompanhamento dos egressos da DIREN-ANP/PF estão previstas e implantadas de forma coerente, com resultados positivos e utilização efetiva das informações coletadas. Contudo, a necessidade de maior sistematização, institucionalização e ampliação das estratégias de acompanhamento justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando prática consolidada, porém ainda em processo de amadurecimento rumo à excelência.

Indicador 4.5. Atuação dos egressos da instituição no ambiente socioeconômico

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise da atuação dos egressos da DIREN-ANP/PF no ambiente socioeconômico evidencia coerência consistente entre os objetivos formativos estabelecidos no PDI 2025-2032 e os impactos profissionais observados após a conclusão dos cursos, com resultados positivos amplamente reconhecidos, ainda que com oportunidades de aprimoramento na mensuração e na sistematização desses impactos.

O PDI reconhece que a atuação dos egressos constitui indicador relevante de efetividade institucional, na medida em que expressa a capacidade da Escola de Governo de contribuir para o aprimoramento do desempenho profissional, para a qualificação da gestão pública e para o fortalecimento das políticas públicas, especialmente no campo da Segurança Pública. As evidências analisadas indicam que os cursos ofertados pela DIREN-ANP/PF produzem efeitos concretos sobre a prática profissional dos egressos, majoritariamente servidores públicos em exercício.

Os resultados dos instrumentos de avaliação aplicados aos egressos, especialmente daqueles oriundos dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, indicam percepção amplamente positiva quanto à contribuição da formação para o exercício das atribuições funcionais, para a melhoria da capacidade analítica, para a tomada de decisão qualificada e para a incorporação de práticas alinhadas à legalidade, à ética e aos direitos fundamentais. Esses achados sugerem impacto direto da formação sobre o desempenho profissional e, por consequência, sobre a qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Observa-se, ainda, que a atuação dos egressos ocorre predominantemente no interior das próprias organizações públicas, notadamente na Polícia Federal e em órgãos congêneres, o que confere especificidade ao conceito de “ambiente socioeconômico” aplicado às Escolas de Governo. Nesse contexto, os impactos manifestam-se na melhoria de processos institucionais, na adoção de práticas mais eficientes, na disseminação de conhecimentos especializados e na elevação do padrão técnico das atividades desenvolvidas, ainda que tais efeitos nem sempre sejam imediatamente quantificáveis em indicadores econômicos clássicos.

As evidências qualitativas apontam, também, que parte dos egressos assume papéis de multiplicadores do conhecimento, contribuindo para a formação de equipes, para a difusão de boas práticas e para o fortalecimento da cultura organizacional em suas unidades de origem. Esse efeito multiplicador amplia o alcance da atuação institucional da DIREN-ANP/PF e reforça sua relevância no ecossistema da administração pública.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a atuação dos egressos da DIREN-ANP/PF no ambiente socioeconômico é positiva, relevante e coerente com os objetivos institucionais, contribuindo para o fortalecimento da administração pública e para a melhoria da Segurança Pública, justificando a atribuição do **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 4.6. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem definidos no PDI

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise dos procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem da DIREN-ANP/PF evidencia plena aderência ao que prevê o instrumento oficial do INEP/MEC para Escolas de Governo e coerência elevada com as diretrizes estabelecidas no PDI 2025-2032, traduzindo-se em práticas consolidadas, monitoradas e alinhadas ao ciclo de melhoria contínua institucional.

O PDI 2025-2032 integra a política de avaliação acadêmica ao modelo de planejamento por Objetivos e Resultados-Chave (OKR), garantindo que os procedimentos avaliativos (definição de critérios, instrumentos, marcos de acompanhamento e devolutivas) sejam padronizados, comparáveis e úteis à gestão. Esse arcabouço foi operacionalizado pela CPA por meio de entregas formais e rastreáveis, como a uniformização das avaliações de ações educacionais (Processo 08204.001312/2025-12), a análise situacional de indicadores para a gestão (08204.000265/2025-90) e a construção de um painel de *Business Intelligence* - BI (08204.004193/2024-79), que dá visibilidade e confiabilidade às evidências de aprendizagem e à eficácia dos cursos.

No plano das evidências empíricas, os egressos das pós-graduações confirmam que os componentes avaliativos centrais estão institucionalizados, com destaque para a exigência do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), reportada por 88% dos respondentes, e para a atuação do orientador, avaliada majoritariamente como determinante para a elaboração do trabalho e a conclusão do curso. Esses dados demonstram a consistência do desenho avaliativo, combinando instrumentos processuais (avaliações por disciplina) e somativos (TCC), com acompanhamento tutorial até a certificação.

A coerência entre o que está normatizado e o que é praticado também se expressa na devolutiva sistemática de resultados: a atualização da página da CPA, o uso de monitores internos e o painel BI viabilizam que discentes, docentes e gestores acessem achados avaliativos, favorecendo correções de rota pedagógicas, padronização de critérios e transparência sobre desempenho e satisfação, movimento reconhecido inclusive na avaliação externa mais recente.

A CPA reconhece oportunidades incrementais para elevar ainda mais a maturidade do sistema: (i) automatizar a retroalimentação de resultados de aprendizagem para coordenadores e docentes, (ii) ampliar a granularidade de rubricas e matrizes de avaliação (especialmente em componentes práticos), e (iii) integrar plenamente os dados avaliativos ao próximo ciclo do sistema “Educa 2.0”, cuja retomada está prevista pela DTI/PF, de modo a centralizar registros, relatórios e evidências em um único repositório acadêmico. Tais pontos, já contemplados nas recomendações e no plano de modernização, não comprometem o atendimento ao indicador;

ao contrário, reforçam uma trajetória de excelência sustentada em dados.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que os procedimentos de avaliação do ensino-aprendizagem estão claramente definidos no PDI, institucionalizados, padronizados e monitorados, com uso efetivo dos resultados para aperfeiçoamento pedagógico e gestão acadêmica. Em razão disso, atribui-se ao indicador **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 4.7. Processo seletivo discente para cursos de pós-graduação lato sensu

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise do processo seletivo discente para os cursos de pós-graduação *lato sensu* da DIREN-ANP/PF evidencia coerência consistente entre as diretrizes previstas no PDI 2025-2032 e as práticas institucionais adotadas, assegurando critérios de ingresso compatíveis com os objetivos formativos dos cursos e com a natureza de Escola de Governo, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à padronização e à ampliação da transparência dos procedimentos.

O PDI estabelece que os processos seletivos devem observar critérios objetivos, compatíveis com o perfil do público-alvo, priorizando a adequação entre a formação ofertada e as necessidades institucionais da Polícia Federal e de órgãos parceiros. As evidências analisadas indicam que os cursos de especialização *lato sensu* da DIREN-ANP/PF adotam procedimentos seletivos formalizados, com definição de requisitos de ingresso, divulgação das vagas, análise de perfil acadêmico-profissional e observância das normas institucionais vigentes.

No período avaliado, observa-se que os processos seletivos são conduzidos de modo a assegurar aderência entre o perfil dos candidatos e a proposta pedagógica dos cursos, considerando aspectos como formação acadêmica prévia, experiência profissional e vínculo institucional. Essa prática contribui para a composição de turmas compatíveis com o nível de aprofundamento exigido pela pós-graduação *lato sensu* e favorece o adequado desenvolvimento das atividades acadêmicas.

As avaliações internas, especialmente aquelas realizadas junto a egressos, indicam percepção majoritariamente positiva quanto à adequação do processo seletivo ao perfil do curso, embora também tenham sido registradas manifestações pontuais sugerindo maior rigor ou maior clareza em determinados critérios de seleção, bem como aprimoramentos na comunicação dos procedimentos e dos requisitos de ingresso. Tais apontamentos são interpretados pela CPA como oportunidades de aperfeiçoamento, e não como fragilidades estruturais do processo.

Importa ressaltar que a diversidade do público atendido pela DIREN-ANP/PF, servidores públicos em exercício, de diferentes áreas e níveis de atuação, impõe desafios específicos ao processo seletivo, exigindo equilíbrio entre amplitude de acesso e manutenção do nível acadêmico dos cursos. As práticas observadas indicam esforço institucional consistente para administrar esse equilíbrio, preservando a coerência com os objetivos formativos e com a missão da Escola de Governo.

A CPA reconhece, contudo, que a padronização mais ampla dos procedimentos seletivos, a formalização explícita de matrizes de critérios e a ampliação da divulgação das

etapas e dos fundamentos da seleção podem fortalecer ainda mais a transparência, a previsibilidade e a percepção de equidade do processo, contribuindo para o avanço rumo ao patamar de excelência.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que o processo seletivo discente para os cursos de pós-graduação *lato sensu* da DIREN-ANP/PF está previsto, implantado e operante de forma coerente, atendendo muito bem às necessidades institucionais e acadêmicas. Todavia, a necessidade de maior padronização e refinamento procedimental justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando prática consolidada e em trajetória clara de aperfeiçoamento.

5.5. Eixo 5 - Infraestrutura

Indicador 5.1. Instalações administrativas

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise das instalações administrativas da DIREN-ANP/PF evidencia aderência consistente às diretrizes previstas no PDI 2025-2032, com condições adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmico-administrativas, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à ampliação de espaços, à modernização de ambientes e à equalização de condições entre setores.

O PDI reconhece a infraestrutura administrativa como elemento essencial para a governança institucional, o suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e avaliação, bem como para o adequado funcionamento das unidades responsáveis pela gestão acadêmica, administrativa e pedagógica da Escola de Governo. As evidências analisadas indicam que as instalações existentes permitem o desempenho regular das funções administrativas, assegurando condições básicas de trabalho aos servidores e gestores.

No período avaliado, observa-se que as instalações administrativas atendem, de forma geral, às necessidades institucionais, contemplando aspectos como organização dos espaços, conservação, iluminação, ventilação e segurança, compatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas. Os ambientes administrativos possibilitam o atendimento aos estudantes, o suporte aos docentes e a execução das rotinas administrativas necessárias à operacionalização dos cursos e programas institucionais.

As avaliações internas, incluindo aquelas realizadas no âmbito da própria CPA, apontam percepção positiva quanto à funcionalidade das instalações, ao mesmo tempo em que indicam limitações relacionadas à dimensão de alguns ambientes, à necessidade de atualização de mobiliário e *layout* e à adequação plena às demandas crescentes da Escola de Governo, especialmente diante da ampliação das atividades acadêmicas, do uso intensivo de tecnologias e do fortalecimento das instâncias de governança.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem adotando medidas graduais de melhoria da infraestrutura administrativa, alinhadas às possibilidades orçamentárias e às prioridades definidas no planejamento institucional. Essas ações demonstram esforço consistente para

manter as instalações em condições adequadas de funcionamento, ainda que condicionadas a fatores estruturais e orçamentários próprios da administração pública.

Importa ressaltar que as instalações administrativas também dialogam com as políticas de acessibilidade, segurança e bem-estar, aspectos considerados nos processos de avaliação institucional e nas recomendações da CPA. A existência de planos e diagnósticos voltados à melhoria contínua da infraestrutura reforça a coerência entre o PDI e as ações implementadas.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que as instalações administrativas da DIREN-ANP/PF atendem muito bem às necessidades institucionais, assegurando suporte adequado às atividades acadêmico-administrativas. Contudo, a necessidade de ampliação, modernização e equalização de espaços, especialmente em função da expansão das atividades, justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando infraestrutura funcional e em trajetória de aperfeiçoamento rumo à excelência.

Indicador 5.2. Salas de aula

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise das salas de aula da DIREN-ANP/PF evidencia condições adequadas para o desenvolvimento das atividades de ensino, em consonância com as diretrizes previstas no PDI 2025-2032, assegurando funcionalidade, segurança e suporte às práticas pedagógicas adotadas pela Escola de Governo, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à modernização de ambientes e à equalização de padrões entre os diferentes espaços.

O PDI reconhece as salas de aula como infraestrutura central do processo de ensino-aprendizagem, devendo atender a requisitos de conforto, acessibilidade, iluminação, ventilação, acústica e recursos didáticos compatíveis com a natureza dos cursos ofertados. As evidências analisadas indicam que as salas disponíveis permitem a realização regular das atividades acadêmicas, atendendo, de modo geral, às necessidades institucionais e aos diferentes formatos de cursos presenciais e híbridos desenvolvidos pela DIREN-ANP/PF.

No período avaliado, observa-se que as salas de aula apresentam condições satisfatórias de conservação e organização, com mobiliário funcional, capacidade compatível com o número de estudantes e disponibilidade de recursos audiovisuais essenciais ao desenvolvimento das aulas. Esses aspectos asseguram ambiente propício ao ensino, favorecendo a interação entre docentes e discentes e o adequado desenvolvimento das metodologias pedagógicas adotadas.

As avaliações internas, incluindo aquelas realizadas junto a discentes e docentes, apontam percepção positiva quanto à funcionalidade geral das salas, ao mesmo tempo em que registram demandas pontuais por atualização tecnológica, melhoria da acústica em determinados ambientes, adequação de *layout* a metodologias mais ativas e uniformização das condições físicas entre diferentes salas. Tais apontamentos não comprometem a utilização dos espaços, mas indicam potencial de evolução rumo a padrões mais elevados de qualidade.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem promovendo ações graduais de melhoria da infraestrutura das salas de aula, compatíveis com as possibilidades orçamentárias e com as prioridades institucionais definidas no planejamento. Essas iniciativas demonstram esforço

contínuo de adequação dos ambientes às demandas crescentes da Escola de Governo, especialmente diante da ampliação das atividades acadêmicas e do uso intensivo de tecnologias educacionais.

Importa ressaltar que as salas de aula dialogam diretamente com as políticas de acessibilidade e inclusão, aspecto considerado nos processos de avaliação institucional e nas recomendações da CPA. A existência de diagnósticos e planos de melhoria contínua reforça a coerência entre o PDI e as ações implementadas no campo da infraestrutura acadêmica.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que as salas de aula da DIREN-ANP/PF atendem muito bem às necessidades institucionais, garantindo condições adequadas para o ensino e a aprendizagem. Contudo, a necessidade de modernização incremental, aprimoramento tecnológico e padronização de ambientes justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando infraestrutura funcional e em trajetória consistente de aperfeiçoamento rumo à excelência.

Indicador 5.3. Auditório(s)

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise dos auditórios da DIREN-ANP/PF evidencia condições adequadas para a realização de atividades acadêmicas, institucionais e extensionistas, em consonância com as diretrizes previstas no PDI 2025-2032, assegurando funcionalidade e suporte às demandas da Escola de Governo, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à modernização tecnológica, à ampliação de capacidade e à otimização do uso dos espaços.

O PDI reconhece os auditórios como ambientes estratégicos para a realização de aulas magnas, cerimônias institucionais, eventos acadêmicos, seminários, palestras, defesas públicas, atividades de integração e ações de extensão voltadas à comunidade interna e externa. As evidências analisadas indicam que a DIREN-ANP/PF dispõe de auditórios capazes de atender a essas finalidades, possibilitando a realização regular de eventos institucionais e acadêmicos relevantes.

No período avaliado, observa-se que os auditórios apresentam condições satisfatórias de conservação, segurança, iluminação e organização, com infraestrutura compatível com o desenvolvimento das atividades propostas. Os espaços permitem a acomodação adequada do público, favorecem a visibilidade e a comunicação entre palestrantes e participantes e contribuem para a realização de eventos de médio e grande porte no âmbito da Escola de Governo.

As avaliações internas apontam percepção positiva quanto à funcionalidade geral dos auditórios, ao mesmo tempo em que registram demandas por atualização de recursos audiovisuais, melhoria da acústica em determinados ambientes, ampliação da flexibilidade de *layout* e adequação plena às exigências de acessibilidade. Esses aspectos não inviabilizam o uso dos espaços, mas indicam potencial de evolução para atendimento mais qualificado às demandas contemporâneas de eventos acadêmicos e institucionais.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem promovendo ações graduais de manutenção e melhoria dos auditórios, compatíveis com as possibilidades orçamentárias e com as prioridades

institucionais definidas no planejamento. Tais iniciativas demonstram esforço consistente para manter os espaços operacionais e alinhados às necessidades crescentes da Escola de Governo, especialmente diante da ampliação das atividades formativas e extensionistas.

Importa ressaltar que os auditórios também dialogam com as políticas de acessibilidade, inclusão e segurança, aspectos considerados nos processos de avaliação institucional e nas recomendações da CPA. A existência de diagnósticos e propostas de melhoria contínua reforça a coerência entre o PDI e as ações implementadas no campo da infraestrutura destinada a eventos e atividades coletivas.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que os auditórios da DIREN-ANP/PF atendem muito bem às necessidades institucionais, garantindo suporte adequado às atividades acadêmicas e institucionais. Contudo, a necessidade de modernização tecnológica, aprimoramento acústico e ampliação da flexibilidade de uso justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando infraestrutura funcional e em trajetória consistente de aperfeiçoamento rumo à excelência.

Indicador 5.4. Espaços para atendimento aos alunos

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise dos espaços destinados ao atendimento aos alunos da DIREN-ANP/PF evidencia aderência consistente às diretrizes previstas no PDI 2025-2032, assegurando condições adequadas para o suporte acadêmico e administrativo aos discentes, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à ampliação, à padronização e à modernização desses ambientes.

O PDI reconhece os espaços de atendimento como infraestrutura essencial para o acolhimento, a orientação acadêmica e o acompanhamento dos estudantes, devendo possibilitar atendimento individualizado, reservado e acessível, em consonância com as políticas institucionais de qualidade acadêmica, acessibilidade e inclusão. As evidências analisadas indicam que a DIREN-ANP/PF dispõe de ambientes destinados a essas finalidades, integrados às rotinas administrativas e acadêmicas da Escola de Governo.

No período avaliado, observa-se que os espaços para atendimento aos alunos permitem o desempenho regular das atividades de orientação, esclarecimento de dúvidas, acompanhamento acadêmico e suporte administrativo, contemplando aspectos básicos como organização, limpeza, segurança e funcionalidade. Esses ambientes viabilizam a interação entre estudantes, servidores técnico-administrativos, docentes e coordenações de curso, contribuindo para a fluidez dos processos acadêmicos.

As avaliações internas, incluindo percepções de discentes e servidores, indicam avaliação positiva quanto à disponibilidade e funcionalidade dos espaços de atendimento.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem adotando medidas graduais de adequação e melhoria desses espaços, alinhadas às possibilidades orçamentárias e às prioridades institucionais definidas no planejamento. Tais iniciativas demonstram esforço contínuo para fortalecer o atendimento ao estudante e aprimorar a experiência discente, especialmente diante do crescimento e da diversificação das ofertas educacionais.

Importa ressaltar que os espaços de atendimento aos alunos dialogam diretamente com as políticas de acessibilidade, inclusão e acolhimento, aspectos considerados nos processos de avaliação institucional e nas recomendações da CPA. A existência de diagnósticos e propostas de melhoria contínua reforça a coerência entre o PDI e as ações implementadas no campo da infraestrutura voltada ao suporte discente.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que os espaços para atendimento aos alunos da DIREN-ANP/PF atendem muito bem às necessidades institucionais, assegurando suporte adequado ao acompanhamento acadêmico e administrativo dos estudantes, justificando a atribuição do **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 5.5. Infraestrutura para a Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise da infraestrutura disponibilizada à Comissão Própria de Avaliação (CPA) da DIREN-ANP/PF evidencia condições adequadas para o desempenho de suas atribuições institucionais, em consonância com as diretrizes previstas no PDI 2025-2032, assegurando funcionamento regular, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à ampliação de recursos dedicados e à maior autonomia estrutural da Comissão.

O PDI reconhece a CPA como instância estratégica da governança institucional, responsável pela condução dos processos de autoavaliação, pela análise de dados avaliativos e pela formulação de recomendações voltadas à melhoria contínua da qualidade acadêmica e administrativa. As evidências analisadas indicam que a Comissão dispõe de infraestrutura mínima necessária ao exercício de suas competências, incluindo acesso a ambientes institucionais, recursos tecnológicos e suporte administrativo compatíveis com suas atividades.

No período avaliado, observa-se que a CPA conta com condições operacionais suficientes para realizar reuniões, elaborar relatórios, conduzir análises e apoiar a gestão institucional com informações qualificadas. Destaca-se, nesse contexto, o acesso a recursos de tecnologia da informação, como sistemas institucionais, bases de dados e o painel de *Business Intelligence* (BI), que ampliam significativamente a capacidade analítica e a efetividade das ações da Comissão.

As avaliações internas e os registros processuais indicam que a infraestrutura disponível permite o funcionamento regular da CPA, incluindo espaços e recursos dedicados, como ambiente físico próprio.

Destaca-se que a atuação da CPA tem se mostrado efetiva e produtiva, mesmo diante dessas limitações estruturais, conforme evidenciado pelas entregas recentes, pela ampliação da divulgação dos resultados da autoavaliação e pela integração dos achados avaliativos aos instrumentos de planejamento e gestão institucional. Esse desempenho demonstra resiliência institucional e uso eficiente dos recursos disponíveis.

Importa ressaltar que a infraestrutura da CPA dialoga diretamente com as políticas de avaliação institucional, transparência e melhoria contínua, sendo considerada nas recomendações formuladas pela própria Comissão e nos planos de ação institucionais. A existência de diagnósticos e propostas de aprimoramento reforça a coerência entre o PDI e a

trajetória de evolução da infraestrutura de apoio à CPA.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a infraestrutura destinada à Comissão Própria de Avaliação da DIREN-ANP/PF atende muito bem às necessidades institucionais, permitindo o exercício regular e efetivo de suas competências, o que justifica a atribuição do **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 5.6. Instalações sanitárias

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise das instalações sanitárias da DIREN-ANP/PF evidencia condições adequadas de funcionamento e atendimento às necessidades institucionais, em consonância com as diretrizes previstas no PDI 2025-2032, assegurando suporte apropriado às atividades acadêmicas e administrativas, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à modernização, à ampliação pontual e à equalização de padrões entre os diferentes ambientes.

O PDI reconhece as instalações sanitárias como elemento essencial da infraestrutura institucional, devendo atender a requisitos de higiene, conservação, acessibilidade, segurança e conforto, compatíveis com o fluxo diário de estudantes, docentes, servidores e visitantes. As evidências analisadas indicam que a DIREN-ANP/PF dispõe de instalações sanitárias distribuídas em suas áreas acadêmicas e administrativas, permitindo o atendimento regular das demandas do *campus*.

No período avaliado, observa-se que as instalações sanitárias apresentam condições satisfatórias de limpeza, funcionalidade e conservação, possibilitando uso contínuo e seguro pelos diferentes públicos da Escola de Governo. Esses ambientes atendem, de forma geral, às necessidades institucionais, contribuindo para a manutenção de condições adequadas de permanência e bem-estar no espaço acadêmico.

As avaliações internas e registros de percepção da comunidade acadêmica indicam avaliação positiva quanto à existência e ao funcionamento das instalações sanitárias, ao mesmo tempo em que apontam necessidade de melhorias pontuais, tais como modernização de acabamentos, ampliação da capacidade em áreas de maior circulação, reforço de rotinas de manutenção preventiva e padronização das condições físicas entre diferentes blocos e setores.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem promovendo ações contínuas de manutenção e adequação das instalações sanitárias, compatíveis com as possibilidades orçamentárias e com as prioridades institucionais definidas no planejamento. Essas ações demonstram esforço consistente para preservar condições adequadas de uso e para responder gradualmente às demandas identificadas nos processos avaliativos.

Importa ressaltar que as instalações sanitárias também dialogam diretamente com as políticas de acessibilidade e inclusão, aspecto considerado nos diagnósticos institucionais e nas recomendações da CPA. A observância de critérios de acessibilidade e a existência de planos de melhoria reforçam a coerência entre o PDI e as ações implementadas no campo da infraestrutura básica.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que as instalações

sanitárias da DIREN-ANP/PF atendem muito bem às necessidades institucionais, assegurando condições adequadas de higiene, segurança e uso contínuo. Contudo, a necessidade de modernização incremental, ampliação pontual e padronização dos ambientes justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando infraestrutura funcional e em trajetória consistente de aperfeiçoamento rumo à excelência.

Indicador 5.7. Biblioteca: infraestrutura física

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise da infraestrutura física da biblioteca da DIREN-ANP/PF evidencia aderência consistente às diretrizes previstas no PDI 2025-2032, assegurando condições adequadas para apoio às atividades de ensino, pesquisa aplicada e extensão, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à ampliação de espaços, à modernização de ambientes e à adequação contínua às demandas crescentes da comunidade acadêmica.

O PDI reconhece a biblioteca como elemento central da infraestrutura acadêmica, devendo oferecer espaços apropriados para estudo individual e coletivo, consulta ao acervo físico e digital, apoio às atividades de pesquisa e atendimento qualificado aos usuários. As evidências analisadas indicam que a DIREN-ANP/PF dispõe de biblioteca com infraestrutura física compatível com essas finalidades, integrada ao conjunto das atividades acadêmicas da Escola de Governo.

No período avaliado, observa-se que a biblioteca apresenta condições satisfatórias de organização, conservação, iluminação, ventilação e segurança, possibilitando o uso regular por estudantes, docentes e servidores. Os espaços existentes permitem a consulta ao acervo, o desenvolvimento de atividades de estudo e a realização de atendimentos técnicos, contribuindo para a fluidez das atividades acadêmicas e para o suporte ao processo de ensino-aprendizagem.

As avaliações internas indicam percepção positiva quanto à funcionalidade geral da infraestrutura física da biblioteca, ao mesmo tempo em que registram demandas por maior diversificação de ambientes, como espaços colaborativos e adequações pontuais relacionadas à acessibilidade, especialmente diante do aumento do número de usuários e da intensificação do uso de recursos digitais e híbridos de informação.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem promovendo ações graduais de manutenção e melhoria da infraestrutura da biblioteca, alinhadas às possibilidades orçamentárias e às prioridades institucionais definidas no planejamento. Essas iniciativas demonstram esforço contínuo para preservar condições adequadas de uso e para adaptar os ambientes às transformações nas práticas de ensino, pesquisa e acesso à informação.

Importa ressaltar que a infraestrutura física da biblioteca dialoga diretamente com as políticas institucionais de qualidade acadêmica, acessibilidade e inclusão, sendo objeto de atenção nos processos de avaliação institucional e nas recomendações da CPA. A existência de diagnósticos e planos de aprimoramento reforça a coerência entre o PDI e as ações implementadas no campo da infraestrutura de apoio ao conhecimento.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a infraestrutura física da biblioteca da DIREN-ANP/PF atende muito bem às necessidades institucionais, oferecendo

suporte adequado às atividades acadêmicas e de pesquisa. Contudo, a necessidade de diversificação dos ambientes de estudo, o que aponta para a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando infraestrutura funcional e em trajetória consistente de aperfeiçoamento rumo à excelência.

Indicador 5.8. Biblioteca: acervo físico e/ou virtual

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise do acervo físico e/ou virtual da biblioteca da DIREN-ANP/PF evidencia coerência consistente com as diretrizes previstas no PDI 2025-2032, assegurando suporte adequado às atividades de ensino, pesquisa aplicada e produção acadêmica, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à atualização sistemática, à ampliação temática e à consolidação de políticas de expansão do acervo.

O PDI reconhece o acervo bibliográfico como elemento estratégico da qualidade acadêmica, devendo atender às demandas dos cursos de formação, capacitação e pós-graduação *lato sensu*, bem como às necessidades específicas de uma Escola de Governo voltada à Segurança Pública. As evidências analisadas indicam que a DIREN-ANP/PF dispõe de acervo compatível com os conteúdos curriculares, contemplando obras físicas e recursos digitais pertinentes às áreas de atuação institucional.

No período avaliado, observa-se que o acervo atende, de forma geral, às necessidades dos estudantes, docentes e pesquisadores, com disponibilidade de títulos relevantes, acesso a materiais de referência e utilização crescente de recursos virtuais, o que amplia o alcance do acervo e favorece o acesso remoto à informação. Essa combinação entre acervo físico e virtual revela adequação às transformações contemporâneas nas práticas de ensino e pesquisa.

As avaliações internas indicam percepção positiva quanto à existência e à utilidade do acervo, ao mesmo tempo em que apontam demandas por atualização mais frequente, ampliação de títulos especializados, especialmente em áreas emergentes da Segurança Pública, e reforço da divulgação dos recursos digitais disponíveis. Tais apontamentos não comprometem a funcionalidade do acervo, mas indicam potencial de evolução para atendimento ainda mais qualificado às demandas acadêmicas.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem promovendo ações graduais de ampliação e atualização do acervo, compatíveis com as possibilidades orçamentárias e com as prioridades institucionais definidas no planejamento. A existência de plano de atualização do acervo e de mecanismos de identificação de necessidades bibliográficas reforça a coerência entre o PDI e a gestão do acervo físico e virtual.

Importa ressaltar que o acervo bibliográfico dialoga diretamente com as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, bem como com as estratégias de apoio à produção acadêmica discente e docente. A integração do acervo aos ambientes digitais e às plataformas institucionais amplia sua relevância e potencial de uso pela comunidade acadêmica.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que o acervo físico e/ou virtual da biblioteca da DIREN-ANP/PF atende muito bem às necessidades institucionais, oferecendo suporte adequado às atividades acadêmicas e formativas. Contudo, a necessidade

de atualização contínua, ampliação temática e fortalecimento da política de expansão do acervo justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando desempenho consistente e trajetória clara de aperfeiçoamento rumo à excelência.

Indicador 5.9. Serviços e informatização de acesso aos acervos

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise dos serviços e da informatização de acesso aos acervos da DIREN-ANP/PF evidencia aderência consistente às diretrizes previstas no PDI 2025-2032, assegurando condições adequadas de acesso, consulta e utilização dos recursos informacionais pela comunidade acadêmica, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à ampliação de funcionalidades, à integração sistêmica e à divulgação dos serviços disponíveis.

O PDI reconhece que os serviços de acesso ao acervo e sua informatização constituem elemento estratégico da infraestrutura acadêmica, devendo garantir agilidade, confiabilidade, acessibilidade e suporte efetivo às atividades de ensino, pesquisa aplicada e produção acadêmica. As evidências analisadas indicam que a DIREN-ANP/PF dispõe de serviços bibliotecários organizados, com acesso informatizado aos catálogos, apoio técnico especializado e disponibilidade de recursos digitais compatíveis com a natureza de uma Escola de Governo.

No período avaliado, observa-se que os usuários contam com mecanismos informatizados de consulta ao acervo, acesso a bases e repositórios digitais, orientação técnica para utilização dos recursos informacionais e procedimentos administrativos que asseguram a organização e a rastreabilidade dos serviços prestados. Esses elementos favorecem o uso regular do acervo e contribuem para a eficiência das atividades acadêmicas.

As avaliações internas indicam percepção positiva quanto à existência e à funcionalidade dos serviços e dos sistemas informatizados de acesso aos acervos, ao mesmo tempo em que apontam necessidade de aprimoramentos, como maior integração entre sistemas institucionais, ampliação de funcionalidades de acesso remoto, melhoria da experiência do usuário e fortalecimento da divulgação dos serviços e recursos disponíveis, especialmente dos acervos virtuais e bases especializadas.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem adotando ações graduais de modernização dos serviços e da informatização, compatíveis com as possibilidades orçamentárias e com as prioridades definidas no planejamento institucional. Essas iniciativas demonstram esforço consistente para acompanhar as transformações nas práticas de acesso à informação e para ampliar a eficiência dos serviços bibliotecários e informacionais.

Importa ressaltar que os serviços e a informatização de acesso aos acervos dialogam diretamente com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como com as estratégias de apoio à produção acadêmica discente e docente. A ampliação da interoperabilidade entre sistemas e a consolidação de plataformas digitais integradas são reconhecidas como vetores relevantes para o fortalecimento desse indicador.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que os serviços e a informatização de acesso aos acervos da DIREN-ANP/PF atendem às necessidades

institucionais, assegurando suporte adequado às atividades acadêmicas e formativas. Contudo, a necessidade de integração sistêmica mais ampla, ampliação de funcionalidades e reforço da divulgação dos serviços justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando desempenho consistente e trajetória clara de aperfeiçoamento rumo à excelência.

Indicador 5.10. Plano de atualização do acervo

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise do plano de atualização do acervo da DIREN-ANP/PF evidencia aderência consistente às diretrizes estabelecidas no PDI 2025-2032, com existência de mecanismos institucionais voltados à renovação e à ampliação do acervo bibliográfico físico e virtual, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à formalização, à previsibilidade e à ampliação sistemática dos investimentos.

O PDI reconhece que a atualização contínua do acervo constitui elemento estratégico para a qualidade acadêmica, devendo assegurar alinhamento permanente entre os conteúdos disponibilizados e as necessidades dos cursos de formação, capacitação e pós-graduação *lato sensu*, bem como com a evolução normativa, técnica e científica das áreas de atuação da Polícia Federal e da Segurança Pública.

No período avaliado, observa-se que a DIREN-ANP/PF adota procedimentos institucionais de identificação de demandas bibliográficas, considerando as necessidades apontadas por docentes, coordenações de curso e áreas técnicas, bem como os resultados dos processos de avaliação institucional. Essas práticas permitem a atualização gradual do acervo e a incorporação de novos títulos e recursos informacionais relevantes para as atividades acadêmicas.

As evidências analisadas indicam que o plano de atualização do acervo está articulado às possibilidades orçamentárias e às prioridades institucionais, o que assegura viabilidade administrativa e alinhamento com o planejamento financeiro. Ao mesmo tempo, essa dependência de ciclos orçamentários e de decisões administrativas mais amplas impõe limitações à regularidade e à previsibilidade das atualizações, aspecto reconhecido nos processos avaliativos internos.

As avaliações internas e percepções da comunidade acadêmica indicam reconhecimento da importância das atualizações realizadas, ao mesmo tempo em que apontam a conveniência de maior formalização do plano, com definição mais clara de critérios, periodicidade, metas de expansão e estratégias de equilíbrio entre acervo físico e digital. Tais apontamentos não comprometem a existência do plano, mas indicam potencial de fortalecimento da governança do acervo.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem buscando ampliar o uso de recursos digitais e bases virtuais, o que contribui para mitigar limitações físicas e orçamentárias e favorece acesso mais ágil e abrangente à informação. Essa estratégia revela coerência com as diretrizes do PDI e com as transformações contemporâneas nas práticas de acesso ao conhecimento.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que o plano de atualização do acervo da DIREN-ANP/PF está previsto e implementado de forma coerente, garantindo

renovação gradual e alinhada às necessidades institucionais. Contudo, a necessidade de maior formalização, previsibilidade e sistematização das atualizações justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando prática consolidada e com trajetória clara de aperfeiçoamento rumo à excelência.

Indicador 5.11. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física *(quando previsto no PDI)*

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise da infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários destinados às práticas didáticas da DIREN-ANP/PF evidencia coerência consistente com as diretrizes estabelecidas no PDI 2025-2032, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades práticas previstas nos cursos, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à ampliação, à modernização e à uniformização desses ambientes.

O PDI reconhece que, em uma Escola de Governo voltada à Segurança Pública, os ambientes de práticas didáticas constituem elemento estratégico do processo formativo, devendo reproduzir, na medida do possível, contextos reais de atuação profissional, bem como oferecer infraestrutura compatível com as metodologias ativas, com a formação aplicada e com o desenvolvimento de competências técnicas e operacionais. As evidências analisadas indicam que a DIREN-ANP/PF dispõe de ambientes e cenários específicos para a realização de atividades práticas, alinhados às propostas pedagógicas dos cursos ofertados.

No período avaliado, observa-se que os laboratórios e cenários de prática apresentam condições satisfatórias de funcionalidade, segurança e conservação, permitindo a realização das atividades didáticas previstas. Esses espaços viabilizam a articulação entre teoria e prática, aspecto central da formação em Segurança Pública, e contribuem para a qualificação técnica dos discentes, especialmente em cursos que demandam simulações, exercícios aplicados e treinamento em ambientes controlados.

As avaliações internas indicam percepção positiva quanto à existência e à utilização desses ambientes, incluindo capacidade e atualidade das instalações e utilização de novas metodologias pedagógicas, apontamentos que fortalecem a execução das atividades práticas.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem promovendo ações graduais de manutenção e melhoria da infraestrutura física destinada às práticas didáticas, compatíveis com as possibilidades orçamentárias e com as prioridades institucionais definidas no planejamento. Essas iniciativas demonstram esforço consistente para manter os ambientes operacionais e alinhados às exigências crescentes da formação profissional e da capacitação continuada.

Importa ressaltar que os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas dialogam diretamente com as políticas de ensino, de segurança, de acessibilidade e de qualidade acadêmica, sendo considerados nos processos de avaliação institucional e nas recomendações da CPA. A existência de diagnósticos e propostas de aprimoramento reforça a coerência entre o PDI e a trajetória de evolução da infraestrutura prática da Escola de Governo.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas da DIREN-ANP/PF atende muito

bem às necessidades institucionais, assegurando suporte adequado às atividades formativas de natureza prática, justificando a atribuição do **conceito 5 (Excelente)**.

Indicador 5.12. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços
(quando previsto no PDI)

Conceito atribuído pela CPA: EXCELENTE (5)

A análise dos serviços associados aos laboratórios, ambientes e cenários destinados às práticas didáticas da DIREN-ANP/PF evidencia aderência consistente às diretrizes estabelecidas no PDI 2025-2032, assegurando suporte operacional adequado ao desenvolvimento das atividades práticas previstas nos cursos, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à padronização de procedimentos, à ampliação de serviços especializados e à consolidação de rotinas de apoio contínuo.

O PDI reconhece que, além da infraestrutura física, os serviços de apoio às práticas didáticas, tais como gestão dos espaços, apoio técnico, logística, manutenção, normas de segurança e orientação operacional, constituem elemento essencial para a efetividade das atividades formativas, especialmente em uma Escola de Governo voltada à formação aplicada em Segurança Pública. As evidências analisadas indicam que a DIREN-ANP/PF dispõe de serviços institucionais capazes de viabilizar o uso regular e seguro desses ambientes.

No período avaliado, observa-se que os serviços prestados asseguram funcionamento contínuo dos ambientes de prática, contemplando aspectos como organização dos espaços, controle de uso, apoio técnico durante as atividades, observância de normas de segurança e manutenção básica dos equipamentos e cenários. Esses serviços permitem a execução das atividades didáticas previstas, contribuindo para a articulação entre teoria e prática e para a qualidade da formação oferecida.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem adotando medidas graduais de aprimoramento dos serviços, compatíveis com as possibilidades orçamentárias e com as prioridades institucionais definidas no planejamento. A existência de rotinas operacionais e a incorporação das recomendações da CPA demonstram esforço consistente para fortalecer o suporte às práticas didáticas e para responder às demandas crescentes dos cursos.

Importa ressaltar que os serviços associados aos laboratórios e cenários de prática dialogam diretamente com as políticas de ensino, segurança, qualidade acadêmica e gestão institucional, sendo considerados nos processos de avaliação e nas recomendações de melhoria contínua. A consolidação de protocolos, a ampliação da capacitação das equipes de apoio e a integração sistêmica dos serviços são reconhecidas como vetores estratégicos de fortalecimento desse indicador.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que os serviços de apoio aos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas da DIREN-ANP/PF atendem muito bem às necessidades institucionais, assegurando suporte adequado às atividades formativas de natureza prática, justificando a atribuição do **conceito 5 (Excelente)**, indicando serviços funcionais em trajetória consistente de aperfeiçoamento rumo à excelência.

Indicador 5.13. Recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise dos Recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) da DIREN-ANP/PF evidencia aderência consistente às diretrizes estabelecidas no PDI 2025-2032, assegurando suporte adequado aos processos de ensino, aprendizagem, gestão acadêmica e administrativa, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à ampliação de capacidade, à integração sistêmica e à atualização contínua das soluções tecnológicas.

O PDI reconhece as TIC como elemento estruturante da modernização institucional, essenciais para a viabilização das atividades educacionais presenciais, híbridas e a distância, bem como para o suporte às rotinas administrativas, à comunicação institucional, à avaliação acadêmica e à governança de dados. As evidências analisadas indicam que a DIREN-ANP/PF dispõe de infraestrutura tecnológica funcional, capaz de sustentar as principais demandas acadêmicas e administrativas da Escola de Governo.

No período avaliado, observa-se a disponibilidade de recursos tecnológicos compatíveis com as necessidades institucionais, incluindo equipamentos de informática, sistemas de informação acadêmica e administrativa, recursos audiovisuais para apoio ao ensino, plataformas digitais e soluções voltadas à comunicação e à gestão de dados. Esses recursos permitem a realização regular das atividades educacionais e administrativas, favorecendo a integração entre diferentes áreas da instituição.

As avaliações internas indicam percepção positiva quanto à existência e à funcionalidade geral dos recursos de TIC, ao mesmo tempo em que apontam necessidade de aprimoramentos, como atualização periódica de equipamentos, ampliação da capacidade de rede e conectividade, maior integração entre sistemas institucionais e fortalecimento do suporte técnico aos usuários. Tais apontamentos não comprometem o funcionamento das atividades, mas indicam potencial de evolução diante da crescente dependência das tecnologias digitais.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem promovendo ações graduais de modernização e aprimoramento das TIC, compatíveis com as possibilidades orçamentárias e com as prioridades institucionais definidas no planejamento. A incorporação de soluções de monitoramento, análise de dados e transparência, como painéis gerenciais e sistemas de apoio à decisão, demonstra esforço consistente para alinhar os recursos tecnológicos às necessidades contemporâneas de gestão e avaliação institucional.

Importa ressaltar que os recursos de TIC dialogam diretamente com as políticas de ensino, avaliação, comunicação, acessibilidade e inovação, sendo considerados nos processos de avaliação institucional e nas recomendações da CPA. A ampliação da interoperabilidade entre sistemas, o fortalecimento da governança de dados e a capacitação contínua dos usuários são reconhecidos como vetores estratégicos para o fortalecimento desse indicador.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que os recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação da DIREN-ANP/PF atendem muito bem às necessidades institucionais, assegurando suporte adequado às atividades acadêmicas e administrativas. Contudo, a necessidade de atualização contínua, ampliação de capacidade e maior integração sistêmica justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando infraestrutura tecnológica funcional e em trajetória consistente de aperfeiçoamento rumo à

excelência.

Indicador 5.14. Espaços de convivência e de alimentação

Conceito atribuído pela CPA: MUITO BOM (4)

A análise dos espaços de convivência e de alimentação da DIREN-ANP/PF evidencia aderência consistente às diretrizes previstas no PDI 2025-2032, assegurando condições adequadas para a permanência, o bem-estar e a integração da comunidade acadêmica, ainda que com oportunidades de aprimoramento relacionadas à ampliação, à modernização e à diversificação desses ambientes.

O PDI reconhece os espaços de convivência e de alimentação como componentes relevantes da infraestrutura institucional, essenciais para a promoção de ambiente acadêmico saudável, para a socialização entre estudantes, docentes e servidores e para o apoio às rotinas intensivas de formação, capacitação e eventos institucionais. As evidências analisadas indicam que a DIREN-ANP/PF dispõe de áreas destinadas a essas finalidades, integradas ao cotidiano do *campus* e utilizadas regularmente pela comunidade acadêmica.

No período avaliado, observa-se que os espaços existentes permitem momentos de descanso, interação e alimentação, contribuindo para a qualidade da permanência no ambiente acadêmico, especialmente em cursos de longa duração, jornadas integrais de formação e eventos institucionais. Esses ambientes atendem, de modo geral, aos requisitos básicos de funcionalidade, segurança, limpeza e organização.

As avaliações internas indicam percepção positiva quanto à existência e à utilização dos espaços de convivência e alimentação, ao mesmo tempo em que apontam necessidade de ampliação da capacidade, melhoria do conforto ambiental, diversificação de opções de uso e adequação pontual às demandas de acessibilidade. Tais apontamentos refletem o crescimento das atividades da Escola de Governo e a intensificação do uso desses espaços, sem comprometer sua funcionalidade atual.

Destaca-se que a DIREN-ANP/PF vem promovendo ações graduais de manutenção e adequação desses ambientes, compatíveis com as possibilidades orçamentárias e com as prioridades institucionais definidas no planejamento. Essas iniciativas demonstram esforço consistente para preservar condições adequadas de uso e para aprimorar a ambiência institucional, alinhando-a às necessidades contemporâneas de convivência acadêmica.

Importa ressaltar que os espaços de convivência e alimentação dialogam diretamente com as políticas institucionais de bem-estar, saúde, inclusão e qualidade de vida, aspectos considerados nos processos de avaliação institucional e nas recomendações da CPA. A existência de diagnósticos e propostas de melhoria contínua reforça a coerência entre o PDI e as ações implementadas no campo da infraestrutura de suporte à comunidade acadêmica.

Diante do conjunto de evidências analisadas, a CPA conclui que os espaços de convivência e de alimentação da DIREN-ANP/PF atendem muito bem às necessidades institucionais, contribuindo para o bem-estar e a integração da comunidade acadêmica. Contudo, a necessidade de ampliação, modernização incremental e diversificação dos ambientes justifica a atribuição do **conceito 4 (Muito bom)**, indicando infraestrutura funcional e em trajetória consistente de aperfeiçoamento rumo à excelência.

6. Resultados Parciais por Eixo Avaliativo

Esta seção apresenta as conclusões consolidadas de cada eixo de avaliação institucional, elaboradas a partir da análise integrada dos indicadores que compõem o instrumento de avaliação adotado pelo INEP/MEC para Escolas de Governo. As conclusões por eixo foram construídas com base nos conceitos atribuídos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), nas médias apuradas, incluindo a média ponderada conforme o peso dos eixos, e na confrontação dos resultados com os objetivos avaliativos específicos de cada eixo.

O propósito desta seção é sintetizar, de forma objetiva e analítica, o desempenho institucional em cada dimensão avaliada, evidenciando os principais pontos fortes, o grau de aderência entre planejamento e execução e as oportunidades de aprimoramento identificadas. Dessa forma, as conclusões por eixo permitem uma leitura estruturada e sistêmica da qualidade institucional, servindo como base para a compreensão do resultado global da avaliação e para o direcionamento de ações de melhoria contínua.

6.1. Síntese Avaliativa - Eixo 1: Planejamento e Desenvolvimento Institucional (conceito médio: 4,5)

À luz do objetivo deste eixo, que consiste na descrição e análise dos principais elementos do processo avaliativo da instituição em relação ao seu PDI, aos relatórios de autoavaliação e aos demais documentos institucionais do período, a avaliação conduzida pela CPA evidencia que a DIREN-ANP/PF apresenta elevado nível de coerência, maturidade e efetividade no seu planejamento e desenvolvimento institucional.

A análise integrada do PDI, do regime escolar, dos projetos pedagógicos, das atas dos colegiados e dos relatórios de avaliação interna e externa demonstra que o planejamento institucional se encontra claramente estruturado, alinhado à missão institucional e utilizado como instrumento efetivo de gestão, com desdobramentos concretos nas atividades acadêmico-administrativas da Escola de Governo.

O processo de autoavaliação institucional, conduzido pela CPA, revela-se periódico, tecnicamente consistente e articulado ao planejamento institucional, com participação crescente da comunidade acadêmica, produção sistemática de análises e utilização dos resultados para subsidiar decisões administrativas e acadêmicas. Observa-se, ainda, avanço significativo na análise e divulgação dos resultados avaliativos, bem como na incorporação desses achados aos instrumentos de gestão.

Os indicadores que receberam conceito 4 (Muito Bom) refletem não fragilidades

estruturais, mas o reconhecimento de que determinados processos, especialmente aqueles relacionados à sistematização plena de ações administrativas decorrentes da avaliação e à consolidação de políticas transversais, encontram-se em estágio avançado de maturação, com trajetória clara de evolução rumo à excelência.

Diante da média apurada de 4,5, o Eixo 1 apresenta desempenho global entre MUITO BOM e EXCELENTE, atendendo plenamente ao objetivo avaliativo definido pelo instrumento do INEP/MEC e evidenciando que o planejamento, a avaliação institucional e o desenvolvimento da DIREN-ANP/PF constituem processos integrados, contínuos e orientados à melhoria da qualidade institucional.

6.2. Síntese Avaliativa - Eixo 2: Gestão Institucional (Conceito médio: 4,8)

Considerando o objetivo do Eixo 2, avaliar a coerência entre o PDI e as ações institucionais nas vertentes do ensino, pesquisa, extensão e gestão, bem como a atuação administrativa e acadêmica da instituição em seu contexto de inserção social, a avaliação conduzida pela CPA evidencia alto grau de alinhamento, efetividade e maturidade da gestão institucional da DIREN-ANP/PF.

A análise dos indicadores demonstra que o planejamento institucional definido no PDI se materializa de forma consistente nas práticas de gestão, especialmente no que se refere à organização institucional, à relação entre planejamento financeiro e execução das ações acadêmico-administrativas e à comunicação institucional. Esses elementos revelam governança estruturada, processos decisórios claros e capacidade institucional de coordenar recursos, pessoas e informações em torno dos objetivos estratégicos da Escola de Governo.

Destaca-se, de forma particular, a coerência entre planejamento e execução, evidenciada pela integração entre orçamento e gestão, pelo funcionamento regular das instâncias organizacionais e pela comunicação eficaz com as comunidades interna e externa. Esses fatores fortalecem a inserção institucional da DIREN-ANP/PF no contexto da administração pública e ampliam sua capacidade de articulação com outros órgãos e com a sociedade.

O indicador relativo ao sistema de registro acadêmico, avaliado como Muito Bom, aponta que os processos estão implantados e operantes, embora ainda demandem aperfeiçoamentos incrementais relacionados à integração sistêmica e à ampliação de funcionalidades. Essa condição, entretanto, não compromete a coerência geral do eixo, mas indica oportunidade de evolução em ambiente já consolidado.

Diante da média apurada de 4,8, o Eixo 2 apresenta desempenho global predominantemente EXCELENTE, atendendo plenamente ao objetivo avaliativo definido pelo instrumento do INEP/MEC e exercendo, de forma efetiva, o papel de indutor da qualidade institucional, ao alinhar planejamento estratégico, gestão administrativa e práticas acadêmicas em um modelo de governança orientado a resultados e à melhoria contínua.

6.3. Síntese Avaliativa - Eixo 3: Corpo Social (Conceito médio: 4,88)

Considerando o objetivo do Eixo 3, que consiste na análise das políticas de seleção, contratação, capacitação e formação do corpo docente e técnico-administrativo, bem como das políticas de atendimento aos estudantes, a avaliação conduzida pela CPA evidencia desempenho institucional de nível EXCELENTE, com elevado grau de coerência, qualificação e maturidade na gestão do corpo social da DIREN-ANP/PF.

A análise integrada dos indicadores demonstra que a instituição dispõe de políticas sólidas, estruturadas e plenamente implantadas para a formação e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, alinhadas ao PDI, às diretrizes estratégicas da Polícia Federal e às necessidades específicas de uma Escola de Governo. Essas políticas são operacionalizadas de forma consistente, assegurando desenvolvimento contínuo de competências técnicas, pedagógicas e administrativas.

No que se refere ao corpo docente, os resultados evidenciam um quadro altamente qualificado, caracterizado por elevada titulação acadêmica, ampla experiência profissional e trajetória consolidada no magistério superior, o que sustenta a qualidade das ações de ensino e da pós-graduação *lato sensu*. A coerência entre o perfil do docente selecionado e os cursos ofertados é plenamente observada, assegurando aderência entre formação, prática profissional e objetivos pedagógicos.

As políticas de atendimento aos estudantes encontram-se plenamente institucionalizadas e operantes, contemplando acolhimento, suporte acadêmico, orientação e ações voltadas ao bem-estar discente, em consonância com o perfil do público atendido pela DIREN-ANP/PF. Tais políticas contribuem diretamente para a permanência estudantil, o desempenho acadêmico e a qualidade da experiência formativa.

Os indicadores que apresentaram conceito ligeiramente inferior ao máximo refletem aspectos pontuais e residuais, relacionados principalmente à formalização ampliada de mecanismos de apoio à produção discente, sem comprometer a consistência global do eixo. Esses pontos configuram ajustes incrementais em um cenário já consolidado de excelência, e não fragilidades estruturais.

Diante da média apurada de 4,88, conclui-se que o Eixo 3 apresenta desempenho claramente EXCELENTE, atendendo de forma robusta e qualificada ao objetivo avaliativo do instrumento do INEP/MEC e evidenciando que as políticas relativas ao corpo social constituem pilar estratégico e bem consolidado da qualidade acadêmica e institucional da DIREN-ANP/PF.

6.4. Síntese Avaliativa - Eixo 4: Desenvolvimento Profissional (Conceito médio: 4,57)

Considerando o objetivo do Eixo 4, que consiste em analisar as políticas acadêmicas, a coerência do PDI com as ações de ensino e pesquisa, a autonomia acadêmico-pedagógica, a acessibilidade e as políticas e ações de acompanhamento dos egressos, a avaliação conduzida pela CPA evidencia desempenho institucional sólido, qualificado e fortemente orientado à excelência.

As análises demonstram que as políticas de ensino estão plenamente alinhadas às ações acadêmico-administrativas, com procedimentos avaliativos claramente definidos, padronizados e utilizados de forma efetiva como instrumentos de melhoria contínua da qualidade do ensino-aprendizagem. Os programas de apoio aos estudantes encontram-se amplamente institucionalizados, abrangendo dimensões acadêmicas, psicossociais e de acessibilidade, contribuindo decisivamente para a permanência e o êxito formativo.

Destaca-se, ainda, o impacto positivo da formação oferecida pela DIREN-ANP/PF na atuação dos egressos no ambiente socioeconômico, especialmente no contexto da administração pública e da Segurança Pública, evidenciando que os resultados formativos transcendem o espaço institucional e se refletem na melhoria das práticas profissionais e organizacionais.

Os indicadores avaliados com conceito Muito Bom refletem aspectos em processo de consolidação institucional, particularmente no que se refere à estruturação longitudinal das políticas de acompanhamento de egressos, ao fortalecimento das ações de pesquisa previstas no PDI e ao aprimoramento procedimental dos processos seletivos discentes. Tais pontos não configuram fragilidades estruturais, mas frentes de aperfeiçoamento em um ambiente já maduro e funcional.

Diante da média apurada de 4,57, o Eixo 4 apresenta desempenho global entre MUITO BOM e EXCELENTE, atendendo plenamente ao objetivo avaliativo estabelecido pelo instrumento do INEP/MEC e confirmando que a DIREN-ANP/PF possui políticas acadêmicas consistentes, autonomia pedagógica preservada e práticas institucionalizadas de desenvolvimento profissional, com trajetória clara de fortalecimento contínuo da qualidade.

6.5. Síntese Avaliativa - Eixo 5: Infraestrutura (Conceito médio: 4,21)

Considerando o objetivo do Eixo 5, que consiste em avaliar as condições de infraestrutura física, tecnológica e de serviços que sustentam as atividades acadêmicas, administrativas, de ensino, pesquisa, extensão e avaliação institucional, a avaliação conduzida pela CPA evidencia que a DIREN-ANP/PF dispõe de infraestrutura funcional, adequada e alinhada ao previsto no PDI, com desempenho global classificado como MUITO BOM.

A análise dos indicadores demonstra que as instalações administrativas, salas de aula, auditórios e instalações sanitárias oferecem condições adequadas de funcionamento, garantindo suporte às atividades cotidianas da Escola de Governo. Esses ambientes atendem às necessidades institucionais, ainda que com demandas naturais de modernização incremental e adequação contínua às práticas pedagógicas e administrativas contemporâneas.

Destaca-se positivamente a avaliação dos espaços para atendimento aos alunos, que apresentam condições superiores de funcionalidade e acolhimento, bem como dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, tanto no que se refere à infraestrutura física quanto aos serviços associados. Esses elementos reforçam a capacidade institucional de promover formação aplicada e articulada à prática profissional, aspecto central da missão da DIREN-ANP/PF.

A Biblioteca, em seus aspectos de infraestrutura física, acervo, serviços de acesso e plano de atualização, demonstra coerência com as diretrizes institucionais e oferece suporte efetivo às atividades acadêmicas, sobretudo com o uso ampliado de recursos digitais. Ainda assim, observa-se espaço para maior previsibilidade e sistematização das políticas de expansão e atualização do acervo.

Os recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação e os espaços de convivência e alimentação atendem de forma adequada às demandas atuais da comunidade acadêmica, contribuindo tanto para os processos acadêmicos quanto para o bem-estar institucional, com potencial de aprimoramento incremental voltado à ampliação de funcionalidades e conforto.

Diante da média apurada de 4,21, conclui-se que o Eixo 5 apresenta desempenho global MUITO BOM, cumprindo de forma consistente o objetivo avaliativo estabelecido pelo instrumento do INEP/MEC. As evidências indicam que a infraestrutura da DIREN-ANP/PF é suficiente, funcional e alinhada ao planejamento institucional, com frentes claras de aprimoramento que reforçam uma trajetória sustentável de fortalecimento da qualidade institucional.

7. Resultado Consolidado da Avaliação Institucional

Esta seção apresenta o resultado da Avaliação Institucional, elaborado a partir da consolidação dos resultados obtidos nos cinco eixos avaliativos do instrumento do INEP/MEC. A análise considera os conceitos atribuídos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), as médias apuradas por eixo e a média ponderada final, conforme os pesos definidos para Escolas de Governo (EG).

O resultado expressa, de forma integrada e sintética, o nível global de qualidade institucional da DIREN-ANP/PF, evidenciando a coerência sistêmica entre planejamento, gestão, políticas acadêmicas, desenvolvimento profissional e infraestrutura, bem como a maturidade institucional na utilização dos processos avaliativos como instrumentos efetivos de melhoria contínua.

Para a apuração do resultado do processo avaliativo, cada eixo de avaliação contribui de forma diferenciada, sendo-lhe atribuído peso específico conforme sua relevância no modelo avaliativo. Os pesos adotados pela CPA seguem integralmente o padrão previsto no Instrumento de Avaliação Institucional Externa estabelecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A tabela a seguir apresenta a apuração do resultado do processo avaliativo, com a composição das médias por eixo e a média ponderada institucional.

EIXOS	Nº de Indicadores	Peso dos Eixos (EG)	Média do Eixo	Média Final
1. Planejamento e Desenvolvimento	10	20	4,50	4,63
2. Gestão Institucional	5	20	4,80	
3. Corpo Social	8	20	4,88	
4. Desenvolvimento Profissional	7	30	4,57	
5. Infraestrutura	14	10	4,21	
TOTAL	44	100		

A avaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), considerando a média ponderada dos cinco eixos, resultou no conceito final 4,63, o que posiciona a DIREN-ANP/PF em um patamar global entre MUITO BOM e EXCELENTE, com predomínio claro de práticas consolidadas de qualidade.

O maior peso atribuído aos eixos de Desenvolvimento Profissional (30%) e Planejamento, Gestão e Corpo Social (20% cada) reforça que os pontos fortes da instituição se

concentram exatamente nas dimensões estratégicas de políticas acadêmicas, governança, qualificação de pessoas e alinhamento institucional ao PDI.

A análise integrada dos eixos evidencia que a DIREN-ANP/PF apresenta coerência sistêmica entre planejamento, execução e avaliação, com processos avaliativos institucionalizados, gestão estruturada, corpo social altamente qualificado e políticas acadêmicas efetivas, refletidas diretamente no impacto profissional dos egressos. Os eixos com médias mais elevadas - Corpo Social (4,88), Gestão Institucional (4,80) e Desenvolvimento Profissional (4,57) - confirmam que as escolhas estratégicas da instituição estão corretamente orientadas à indução da qualidade e à entrega de resultados consistentes à administração pública.

Os aspectos avaliados como Muito Bom, especialmente no eixo de Infraestrutura, não configuram fragilidades estruturais, mas indicam frentes de aprimoramento incremental em ambiente institucional já consolidado e funcional.

Assim, à luz da média ponderada final e do conjunto dos indicadores avaliados, a CPA conclui que a DIREN-ANP/PF atende plenamente aos objetivos do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP/MEC, demonstrando maturidade institucional, compromisso com a melhoria contínua e trajetória sustentável de fortalecimento da qualidade como Escola de Governo.

8. Recomendações de Melhoria

Nesta seção apresenta-se um conjunto consolidado de recomendações operacionais, elaborado a partir das análises e conclusões dos eixos de avaliação e de seus respectivos indicadores, bem como dos achados registrados nos instrumentos de autoavaliação aplicados à comunidade acadêmica.

As recomendações concentram-se, prioritariamente, nos indicadores avaliados com o conceito MUITO BOM (4), os quais evidenciaram práticas institucionais consolidadas, porém passíveis de aperfeiçoamento incremental.

As propostas estão orientadas à qualificação de processos já implantados, com foco na sistematização de políticas, na padronização de procedimentos, no fortalecimento da integração entre planejamento, avaliação e gestão, na consolidação de evidências e no aprimoramento contínuo da infraestrutura e dos processos institucionais, em consonância com o PDI 2025-2032.

Dessa forma, o conjunto de recomendações reafirma o caráter formativo e indutor da qualidade da autoavaliação institucional, estabelecendo nexos objetivos entre diagnóstico, planejamento e gestão, e apontando ações concretas e factíveis voltadas à elevação progressiva dos indicadores institucionais ao patamar de excelência.

8.1. Eixo 1 - Planejamento e Desenvolvimento Institucional

- a) implantar **fluxo institucional formal** que exija a análise dos relatórios da CPA como etapa obrigatória nos processos de atualização do PDI e nos planejamentos anuais da DIREN-ANP/PF;
- b) atualizar o **ambiente institucional exclusivo da CPA** no portal da Polícia Federal na internet, reunindo relatórios, resultados, painéis, calendário avaliativo e documentos de referência;
- c) incluir **palestra sobre avaliação institucional e atuação da CPA** nos Cursos de Formação Profissional, com objetivos e conteúdo previamente definidos;
- d) concluir, publicar e manter atualizados **painéis de *Business Intelligence* da CPA**, com indicadores padronizados por eixo e acesso garantido à gestão e à comunidade acadêmica; e

- e) estabelecer **cronograma anual de divulgação das avaliações internas**, com ações comunicacionais planejadas (apresentações internas, informes institucionais e publicações oficiais).

8.2. Eixo 2 - Gestão Institucional

- a) implementar rotina anual de alinhamento entre orçamento, metas do PDI e recomendações da CPA, com registro formal das prioridades institucionais e justificativas de alocação de recursos;
- b) retomar a construção do novo sistema de registro acadêmico, pausado pela Diretoria de Tecnologia, Informação e Comunicação (DTI/PF) devido à mudança de contrato administrativo da fábrica de *software*, a fim de proporcionar base única e longitudinal do percurso formativo dos alunos (formação inicial, educação continuada e pós-graduação *lato sensu*);
- c) definir protocolo institucional de divulgação do PDI e dos relatórios da CPA, com responsabilidades claras, periodicidade mínima e uso combinado de canais internos e externos; e
- d) estruturar núcleo ou função institucional voltada à inovação, ciência de dados e análise educacional, integrando governança, avaliação institucional e transformação digital.

8.3. Eixo 3 - Corpo Social

- a) implantar plano anual estruturado de capacitação do corpo docente e técnico-administrativo, articulado ao PDP, considerando o desenvolvimento de trilhas de aprendizagem específicas para docência, gestão educacional e apoio acadêmico;
- b) formalizar procedimento padronizado de seleção de docentes, com critérios objetivos (titulação, experiência profissional e aderência ao curso) e registro documental das decisões;
- c) consolidar protocolo institucional de atendimento aos estudantes, integrando canais, fluxos, responsabilidades e prazos, com monitoramento periódico da efetividade; e
- d) manter ações regulares de valorização e integração do corpo social, reforçando o vínculo dos servidores e docentes com os objetivos estratégicos da Escola de Governo.

8.4. Eixo 4 - Desenvolvimento Profissional

- a) implantar programa institucional de pesquisa e iniciação científica, com editais

- periódicos, definição de linhas temáticas, vinculação discente e entrega de produtos acadêmicos e técnicos;
- b) desenvolver sistema institucional de acompanhamento de egressos, com base de dados atualizada, aplicação periódica de instrumentos de avaliação e elaboração de relatório anual de impactos;
 - c) integrar os resultados das avaliações de egressos ao planejamento acadêmico e às decisões de revisão curricular;
 - d) formalizar plano institucional de internacionalização, com metas anuais, parcerias prioritárias, atividades previstas e indicadores objetivos de acompanhamento; e
 - e) padronizar e revisar periodicamente os instrumentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, assegurando comparabilidade entre cursos, ciclos e turmas.

8.5. Eixo 5 - Infraestrutura

- a) elaborar e executar plano plurianual de modernização da infraestrutura, priorizando ambientes de práticas didáticas, bibliotecas e espaços de atendimento aos alunos;
- b) implementar plano específico de melhoria dos espaços de convivência, alimentação e alojamentos, com metas físicas claras de reforma, conforto, acessibilidade e funcionamento;
- c) estabelecer política, normas e procedimentos que assegurem orçamento compatível para atualização do acervo bibliográfico, com respectivos meios para a execução financeira, incluindo mecanismos intuitivos e ágeis de indicação de obras pelo corpo docente e comunidade acadêmica, bem como de acompanhamento do nível de utilização;
- d) ampliar e qualificar a infraestrutura tecnológica e os ambientes virtuais de aprendizagem, assegurando pleno atendimento a cursos presenciais, híbridos e mediados por tecnologia; e
- e) garantir acessibilidade física, comunicacional e digital em todos os ambientes acadêmicos, com monitoramento periódico das condições existentes.

Referências

- ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2021-2025)**. Brasília: ANP. 2021.
- _____. **Projeto de Autoavaliação da Comissão Própria de Avaliação (2022-2024)**. Brasília: ANP. 2022.
- _____. **Regime Escolar**. Brasília: ANP. 2017. (Instrução Normativa nº 113-DG/PF, de 4 de maio de 2017).
- _____. **Relatório de Autoavaliação Institucional (2020-2021)**. Brasília: ANP. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. (Revista: cadernos 12) Brasília: ABMES. 2004.
- BRASIL. CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: MEC/CONAES. 2004.
- _____. CONAES. **Nota Técnica nº 062**. Definição da Estrutura do Relato Institucional. INEP/DAES/CONAES/INEP/MEC. Brasília, DF. 2014.
- _____. CONAES. **Nota Técnica nº 065**. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. INEP/DAES/CONAES/INEP/MEC. Brasília, DF, 09 out. 2014.
- _____. CONAES. **Roteiro para Autoavaliação Institucional 2004**. Brasília: MEC/CONAES. 2004.
- _____. SINAES. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância - Recredenciamento, Transformação de Organização Acadêmica**. INEP/MEC/DAES – Brasília, DF, out. 2017.
- _____. SINAES. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância - Credenciamento**. INEP/MEC/DAES – Brasília, DF, out. 2017.
- _____. **Decreto nº 9.991/2019**, de 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.
- _____. **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DOU nº 100, 26.05.2017, Seção 1, p. 3.
- _____. **Decreto nº 9.235**, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. DOU nº 241, segunda-feira, 18 de dezembro de 2017, Seção 1, p. 2-9.
- _____. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 15 abr. 2004.
- _____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- _____. MEC. **Portaria nº 23**, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores,

bem como seus aditamentos. DOU nº 245, sexta-feira, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, Páginas 35/40.

. MEC. **Portaria Normativa nº 11**, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Republicada por ter saído no DOU nº 117, de 21-6-2017, Seção 1, páginas 9 a 11, com a sequência incorreta dos artigos.

. MEC. **Resolução CNE/CES 1/2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, §3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. DOU nº 67, 09.04.2018, Seção 1, p. 43.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA/DIREN-ANP/PF

Declaro, para os devidos fins, que o Relatório de Autoavaliação Institucional - Ano Base 2025 foi apreciado e aprovado por unanimidade durante reunião extraordinária realizada nesta data.

Brasília, DF, 30 de março de 2026.

JOSIAS RODRIGUES ALVES

Administrador

Presidente da CPA/DIREN-ANP/PF

(Portaria DIREN-ANP/PF nº 18.674, de 23/09/2024 - BS 186, de 25/09/2024)



CPA

COMISSÃO PRÓPRIA
DE AVALIAÇÃO

